PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
DE213672021GSB2B

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO Nº 594655

Nº 2041 / 23 de agosto 2024 / Semanal / Portugal Continental 2,60€

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt

COMPARTICIPAÇÕES NOS ATOS CLÍNICOS FORAM REDUZIDAS

Seguros de saúde geram aumento de reclamações na Allianz

O número de reclamações nos seguros de saúde da Allianz tem vindo a aumentar – refere o último relatório do Provedor do Cliente da Allianz.

Continua na última página

Novos incentivos arrancam sem incremento da oferta

Preços das casas para jovens tendem a subir

- Isenções fiscais e de emolumentos permitem poupança superior a 15 mil euros

Págs. 6, 7 e 8

NUNO SOUSA, PRESIDENTE DA AICIB, CONSIDERA

Investigação e inovação em saúde valem 250 milhões de euros

Pág. 19

ATUALIDADE

Jovens desempregados têm novas medidas de apoio

Pág. 3

Setores dos serviços, têxteis e construção são os mais afetados

Insolvências aumentam 23%

Pág. 3

EMPRESAS

BIOFACH 2025 tem inscrições abertas

Pág. 7

Setor do vinho enfrenta fortes desafios

Pág. 20

Grupo Decisões e Soluções aposta na internacionalização

Pág. 18

TIAGO SANTOS, CEO DA ENLITIA, ALERTA

Recrutamento de talento é difícil no setor da energia

Pág. 12

SERVIÇOS BANCÁRIOS DISPONÍVEIS NO PEQUENO COMÉRCIO

Nickel: "Banco das papelarias" quer crescer em Portugal

Pág. 5

9 720972 000037 02041

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO ASSOCIADO AO CONHECIMENTO SI BASE TERRITORIAL NA REGIÃO NORTE

Tenho uma pequena empresa de serviços de arquitectura e gostava de reformular o sistema informático da empresa, dotando-a de melhores equipamentos e software. Estamos localizados no concelho de Penafi el. Podemos candidatar-nos a algum apoio ao investimento?

Encontra-se aberto um concurso ao "Sistema de Incentivos de Base Territorial – Prioridades Territoriais – região Norte" que tem como uma das suas tipologias elegíveis a categoria "Cultura e Criatividade".

Esta categoria abrange empresas com atividade (e volume de negócios na IES de 2023) numa das seguintes CAE:

Atividades de impressão e reprodução de suportes gravados (CAE 1814)

Atividades de edição de livros, jornais e jogos de computador (CAE 5811, 5813, 5821);

Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música (CAE 5911, 5912, 5913, 5914, 5920)

Atividades de arquitetura, agências de publicidade, atividades de design, atividades de tradução e interpretação, aluguer de videocassetes e discos (CAE 7111, 7410, 7420)

Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias (CAE 9001, 9002, 9003, 9004).

Se os serviços de arquitetura que presta corresponderem à CAE 7111 "Atividades de arquitetura", então poderá enquadrar-se nesta categoria.

Este concurso destina-se à criação de micro e pequenas empresas e/ou à expansão ou modernização da sua atividade. Não são elegíveis as empresas sob a forma de Empresário em Nome Individual, nem de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada. Também não são considerados como beneficiários elegíveis os prestadores de serviços nem os profissionais liberais.

Cada candidato apenas poderá apresentar uma candidatura e cada candidatura deve corresponder a apenas um estabelecimento.

As empresas candidatas devem possuir contabilidade organizada à data da candidatura e ter, pelo menos, um ano de entrega de Informação Empresarial Simplificada (IES). A classificação enquanto micro ou pequena empresa deve constar de Certificado do IAPMEI.

As empresas devem apresentar uma autonomia financeira em 2022 ou 2023, se disponível, mínima de 15% e não podem ser empresa em dificuldade, nem ter salários em atraso.

O projeto deverá ter uma duração máxima de execução de 24 meses e deverá cumprir o Princípio "Não Prejudicar Significativamente" (DNSH).

O apoio corresponde a uma subvenção e está abrangido pelos Auxílios de Minimis. A taxa de financiamento é de 60% para os Territórios de Baixa Densidade e de 50% para os restantes territórios.

Na categoria "Cultura e Criatividade" são elegíveis despesas com máquinas e equipamentos, equipamentos informáticos e software, aquisição de patentes, estudos, planos de marketing, serviços de arquitetura e engenharia, participação em feiras no exterior, serviços de consultoria especializados, certificação de produtos, conceção e registo de marcas, construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções e custos indiretos (correspondentes a 7% dos custos diretos elegíveis).

Os projetos deverão apresentar uma despesa elegível mínima de 15.000€ e inferior a 300.000€.

As empresas terão de realizar um mínimo de 25% dos capitais próprios previstos no plano de financiamento do projeto, até à data do primeiro pedido de pagamento.

As candidaturas encerram em 30/09/2024.

www.sibec.pt
sibec@sibec.pt
228 348 500

FRANCISCO JAIME QUESADO
Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

O Futuro não se define por decreto, mas como muito bem defendeu Peter Drucker, tem que ser construído através de uma verdadeira agenda de mudança em que nos sintamos envolvidos e que constitua um verdadeiro desafio individual e coletivo.. Há um exercício de ligação permanente com o Futuro que nos move a todos e que nos incentiva a ter uma atitude permanente de construção sobre o que somos, o que fazemos, o que queremos ser e o que queremos fazer. Em breve irei lançar o meu novo Ensaio COMPROMISSO COM O FUTURO, que pretende ser um sinal de confiança e ambição para os tempos que temos pela frente.

ECONOMIA MAIS

DESAFIOS MOBILIDADE – Numa recente conferência internacional sobre os desafios da mobilidade vários gestores defenderam uma posição clara sobre a importância que a aposta numa mobilidade inteligente terá cada vez mais no futuro. Seja na área automóvel, seja na aviação, cada qual no seu contexto, será mais do que nunca reforçar o papel da inovação na procura de novas soluções que vão de encontro às expectativas das diferentes comunidades;

DESAFIOS *CLUSTERS* – A Comissão Europeia tem vindo a destacar o papel crescente que os *clusters* nacionais começam a ter na qualificação de uma agenda competitiva centrada no valor e focada nos mercados globais. Uma nota muito positiva, mesmo a propósito da apresentação das propostas estratégicas por parte da Comissão Europeia, , que pretende dar passos importantes para a dinamização da transição digital e da agenda da sustentabilidade como fatores de mobilização empresarial;

DESAFIOS TECNOLOGIA – Várias iniciativas realizadas na área digital vieram demonstrar que com uma aposta certa ao nível da inovação tecnológica se conseguirão manter competitivos os vários clusters da nossa economia. As plataformas tecnológicas assumem-se como uma verdadeira área estratégica de encontro entre todos os atores que respondem a um contexto de perceção inteligente das tendências dinâmicas de mercados globais cada vez mais competitivos e exigentes.

ECONOMIA MENOS

A GESTÃO DAS PESSOAS – Um recente estudo duma conhecida consultora põe a tónica em alguns fatores críticos para a retoma da nossa economia. Entre os vários factores analisados, de destacar os recursos humanos, críticos para a competitividade das sociedades e economias - no caso do nosso país, a trajetória mantida a este nível tem sido muito lenta e insuficiente para diminuir o *gap* existente face aos países mais desenvolvidos da União Europeia;

O PAPEL DA LOGÍSTICA – A logística é hoje cada vez mais um dos factores mais relevantes ao nível da atividade económica, sendo determinante em sede de ação ao nível da gestão das expectativas das exportações e do investimento. Apesar dos esforços realizados nos últimos anos, continuamos a ter manifestas insuficiências ao nível da articulação entre algumas das plataformas logísticas do nosso país - com particular destaque para os Portos - o que provoca em muitos casos respostas menos qualificadas ao nível das expectativas económicas;

A AGENDA DA UNIVERSIDADE – A distribuição ao nível do país das Universidades e Institutos Politécnicos continua a pautar-se por uma falta de racionalidade e eficiência operacional, continuando a existir várias situações de redundância ao nível da oferta de cursos e da competição pela captação de alunos em diferentes mercados. Trata-se duma situação que exige medidas de intervenção, de forma a poder estruturar plataformas de atuação competitiva ao nível das áreas estratégicas de aposta para o futuro da nossa economia.

Nesta edição

Imprensa
EM REVISTA

LE FIGARO

Desemprego jovem em mínimos de 15 anos no mundo

Em todo o mundo, a recuperação da economia registada no final da pandemia permitiu absorver um número crescente de ativos. Os jovens são os primeiros a beneficiar desta situação. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) refere que, no ano passado, a taxa de desemprego jovem se fixou em 13%, ou seja, a taxa mais baixa em 15 anos.

Existem, no entanto, perto de 65 milhões de desempregados no mundo entre os 15 e os 24 anos, admite a organização. O acesso a um emprego fixo – com um salário e um contrato de duração superior a um ano – é ainda um problema para os mais jovens. Apenas um indivíduo em cinco entre os 25 e os 29 anos atinge esse objetivo, com inúmeras disparidades entre os países desenvolvidos e os mais pobres.

EL MUNDO

Crescimento espanhol pode desacelerar no terceiro trimestre

O setor dos serviços continuou a crescer em Espanha em julho, mas a um ritmo menor do que no mês anterior, tendo desacelerado para o nível registado em janeiro, apesar de ser um mês estrela para o turismo e a atividade económica. A atividade seguiu em terreno positivo (53,9 pontos), mas muito abaixo de junho, quando foi de 56,8 pontos.

A Espanha continua a beneficiar dos efeitos de recuperação no setor turístico. No entanto, o crescimento pode desacelerar no terceiro trimestre. Em linha com os acontecimentos no setor industrial, o sentimento das empresas de serviços espanholas também se está a moderar. Ainda que o crescimento continuasse em julho, desacelerou significativamente.

THE WALL STREET JOURNAL.

Fed deverá reduzir taxas de juro

A taxa de inflação de 2,9%, em julho, nos Estados Unidos, marca a primeira descida abaixo dos 3% desde o início de 2021.

Com o bom desempenho da inflação, tudo aponta para que a Reserva Federal dos Estados Unidos corte as taxas de juro já na sua primeira reunião de setembro. A consistência da descida deverá resultar na Fed atenuar a sua política monetária.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalo Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto: • **NIF:** 507258487 • **DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA:** Herdeiros de João Carlos Peixoto de Sousa – 40,61%; João Luis Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 13,96% • **ADMINISTRAÇÃO:** João Luís Peixoto de Sousa • **DIRETOR:** João Luís Peixoto de Sousa • **REDAÇÃO** Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira e Teresa Silveira; E-mail agenda@grupovidaeconomica.pt; **PAGINAÇÃO** Célia César, Flávia Dias • **SEDE DA REDAÇÃO**: Rua de Gonçalo Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional). Fax. 222 058 098 • **ESTATUTO EDITORIAL:** https://www.vidaeconomica.pt/vida-economica-1/outras-1/ficha-tecnica-vida-economica • **PUBLICIDADE PORTO** Rua Gonçalo Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@grupovidaeconomica.pt; • **ASSINATURAS** Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional)• E-mail assinaturas@grupovidaeconomica.pt; **IMPRESSÃO** Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Telf: 229 411 085 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax: 229 485 631 **DISTRIBUIÇÃO** VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 (chamada para a rede fixa nacional) - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS

TIRAGEM CONTROLADA PELA:

A PRESENTE EDIÇÃO TEVE UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE **102.315 EXEMPLARES**, EM DIGITAL E PAPEL

4000 Município (Porto) TAXA PAGA

Depósito Legal nº 33 445/89
ISSN 0871-4320
Nº Registo na ERC: 109 477

ATUALIDADE

Crédito ao consumo bate novo recorde

O crédito ao consumo continua a bater recordes. No primeiro semestre, os bancos e as entidades financeiras atribuíram crédito no valor de 4,1 mil milhões de euros, o que compara com os 3,8 mil milhões de igual período do ano passado. O crédito concedido através do crédito pessoal e o crédito para a aquisição de automóvel lideraram a concessão de novos empréstimos. No crédito automóvel, os consumidores pediram 1,57 mil milhões de euros.

Jovens desempregados têm novas medidas de apoio

Maria do Rosário Palma Ramalho, privilegia a retenção de talento em Portugal.

+Talento, +Emprego e Iniciar. Estes são os três novos programas criados pelo Governo para apoio ao emprego jovem.

Em cumprimento com os objetivos do programa do Governo, foram introduzidas e reformuladas medidas de apoio ao emprego, apresentadas em Conselho de Ministros pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho.

Foi aprovado o programa +Talento, destinado a jovens desempregados qualificados. Este programa apoia estágios profissionais e dá incentivos financeiros à contratação de jovens qualificados, sem termo, com remuneração não inferior à de um licenciado na carreira geral de técnico superior na Administração Pública. O +Talento pretende financiar 15 mil estágios e apoiar 2500 contratos.

Foi ainda apresentado o programa +Emprego, que apoia financeiramente a contratação sem termo de desempregados inscritos no IEFP. Este apoio, a que pode aceder qualquer desempregado após estar inscrito no IEFP há três meses consecutivos, fica disponível para jovens logo que se inscrevem, facilitando a sua integração no mercado de trabalho. O +Emprego pretende apoiar 20 mil contratos.

Foi também apresentado o Iniciar, um programa que apoia estágios profissionais destinado sobretudo aos jovens, pretendendo facilitar a sua entrada no mercado de trabalho. O programa tem como meta financiar 6500 estágios.

Na comparação europeia, Portugal tem uma taxa de desemprego jovem acima da média, sendo a quarta mais alta (apenas atrás de Espanha, Suécia e Grécia).

Embora a principal preocupação da ministra seja reter talento, o certo é que segundo um estudo que Randstad Research acaba de apresentar, relativo ao segundo trimestre de 2024, em Portugal, entre os desempregados, são 52,4% os que não completaram o ensino secundário, o que dificulta a procura de emprego e justifica que 44,2% dos desempregados (146,8 mil pessoas) esteja à procura de emprego há mais de um ano.

O desemprego jovem atingiu os 23,9% no final do ano passado e no primeiro trimestre deste ano fixou-se em 23%.

Insolvências aumentam 23%

O número de empresas em situação de insolvência está a aumentar. Em julho, e de acordo com os dados da Allianz Trade, 205 empresas ficaram insolventes, o que representa uma subida de 22,8% face ao mesmo mês do ano passado. Olhando para o acumulado do ano, os números da seguradora de crédito demonstram que 1386 companhias em Portugal estão em situação de insolvência, o que representa uma subida de 8,9% face aos primeiros sete meses de 2023.

Os dados da líder mundial em Seguro de Crédito apontam os distritos de Porto e de Lisboa como aqueles que, no acumulado do ano, registam maior número de insolvências. No distrito do Porto, 367 empresas entraram em insolvência até julho, o que representa uma subida de 26,48% quando comparado com o período homólogo de 2023. Já no distrito de Lisboa, 248 firmas entraram em insolvência, o que representa uma quebra de 2,4% face aos primeiros sete meses do ano passado. Por fim, o distrito de Braga é o terceiro distrito onde se registam mais insolvências em Portugal. Foram 194 até julho, o que reflete um incremento de 26,8% face ao mesmo período de 2023.

Tendo em conta a dimensão das empresas, os dados da Allianz Trade em Portugal indicam que são as micro e pequenas empresas, com um volume de negócios inferior a 500 mil euros, que registam maior número de insolvências até julho. Por outro lado, é também possível perceber, que foram as empresas com mais de 10 anos que registaram maior volume em termos de insolvências nestes primeiros meses de 2024.

Serviços, têxteis e construção são os mais afetados

Os setores dos serviços, têxteis e construção continuaram a ser os que registaram os valores mais elevados em termos de insolvências até ao final de julho. "A economia portuguesa, mostram as nossas mais recentes previsões, deverá crescer acima da média da área do euro. É positivo que a economia portuguesa consiga crescer acima das congéneres, contudo, dada a vocação exportadora da economia, isso pode não ser assim tão animador. Além disso, pode levara um aumento das insolvências ao longo dos próximos meses.", afirma Nadine Accaoui, presidente da Allianz Trade em Portugal.

ATUALIDADE

Aeroportos nacionais com 33 milhões de passageiros

O número de passageiros nos aeroportos nacionais cresceu 5,2%, no primeiro semestre, para 32,9 milhões, de acordo com dados do INE. O aeroporto de Lisboa movimentou 50,8% dos passageiros, o correspondente a 16,7 milhões, num aumento homólogo de 5,3%. O Porto concentrou 22,8%, para 7,5 milhões e um aumento de 5,8%, enquanto Faro cresceu 3,3%, para 4,3 milhões. O Reino Unido manteve-se o principal país de origem e de destino dos voos.

Salário médio sobe na função pública

O ganho médio mensal nas administrações públicas registou um aumento de 8,4%, em abril e face a igual mês do ano passado, para 2082,6 euros. "A variação homóloga resulta do aumento da remuneração base média mensal e das restantes componentes do ganho, como subsídios, suplementos regulares e pagamento por horas de trabalho suplementar", detalha a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

Projeto português na final do Healthy Cities Challenge

A Novo Nordisk e a C40 Cities acabam de anunciar a lista dos 10 projetos finalistas do Healthy Cities Challenge, iniciativa que desafia organizações sem fins lucrativos e instituições académicas a desenvolver ideias inovadoras que contribuam para criar cidades mais saudáveis, mais verdes e mais sustentáveis.

A organização da iniciativa recebeu 90 propostas de 34 países de todo o mundo. Entre as 10 melhores ideias está um projeto-piloto desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Universidade NOVA de Lisboa, que quer transformar a capital portuguesa numa referência mundial em saúde pública até 2025.

Desenvolvido por Carolina Santos (coordenadora do projeto), Ana Gama, Sónia Dias, Susana Viegas e Isabel Andrade, que constituem a equipa de investigação portuguesa, o Lisbon: City of Public Health 2025 prevê a transformação do campus da ENSP através da criação de um espaço seguro e acessível para que as pessoas se relacionem com a natureza e participem em diversas iniciativas de promoção da saúde, destinadas a melhorar a saúde física e mental, tanto na ENSP NOVA, como na comunidade local.

As três melhores ideias serão premiadas com uma bolsa de 100 mil dólares

As três melhores ideias serão conhecidas em outubro e premiadas com uma bolsa de 100 mil dólares, cerca de 92 mil euros, atribuída pela Novo Nordisk.

Ministério da Economia “acompanha” comissões nos pagamentos

“O Ministério da Economia, através da Direção-Geral do Consumidor, acompanha atentamente a temática das comissões e colaborará com o regulador, designadamente por via da participação no Fórum para os Sistemas de Pagamentos, com o objetivo de garantir a defesa dos interesses dos consumidores”, referiu à Lusa fonte oficial.

Falências aumentam mais de 3% na UE

As falências declaradas na União Europeia subiram 3,1% no segundo trimestre, face aos três primeiros meses do ano. Os maiores acréscimos tiveram lugar nos setores da construção (mais 3,8%), nas atividades financeiras (+2,6%), no comércio (2,4%) e na indústria (1,6%). Já o número de registos de empresas baixou em todos os setores da economia, com destaque para a indústria, o comércio e educação e atividades sociais.

SERVIÇOS BANCÁRIOS DISPONÍVEIS NO PEQUENO COMÉRCIO

Nickel: “Banco das papelarias” quer crescer em Portugal

O banco Nickel, um dos novos protagonistas no setor financeiro, está a mudar a forma como as pessoas acedem aos serviços bancários. Fundado na França em 2014 pelo BNP Paribas com a cooperação da associação das papelarias, este banco já tem mais de três milhões de clientes em vários países europeus, incluindo Portugal.

O Nickel oferece uma alternativa prática e acessível aos bancos tradicionais, especialmente para aqueles que procuram simplicidade e conveniência.

O Nickel opera de maneira distinta dos bancos convencionais. Em vez de possuir agências próprias, o banco faz parcerias com estabelecimentos comerciais, como tabacarias e lojas de conveniência, onde os clientes podem abrir uma conta em questão de minutos.

O processo é simples: com um documento de identidade válido e um número de telefone, qualquer pessoa pode adquirir um kit Nickel por cerca de 20 euros. Este kit inclui um cartão de débito Mastercard e informações para ativar a conta. Uma vez ativada, a conta permite realizar transações bancárias tradicionais, como depósitos, levantamentos, pagamentos e transferências. Não há encargos mensais da conta, mas os depósitos estão sujeitos a uma comissão de 2%, o que ainda assim será um custo inferior ao custo de manutenção dos bancos tradicionais.

Expansão e impacto no setor bancário

O crescimento rápido do Nickel e a sua aceitação por parte do público revelam uma mudança nas preferências dos consumidores por serviços bancários mais acessíveis e menos burocráticos. A sua presença crescente obriga os bancos tradicionais a repensarem seus modelos de negócio e a procurarem inovações para se manterem competitivos.

Com um mercado cada vez mais digitalizado, o Nickel demonstra que há espaço para soluções híbridas que combinam o mundo físico com a conveniência digital, trazendo benefícios tangíveis para os consumidores.

Nickel ou Revolut?

O Nickel e o Revolut são ambos bancos sem balcões mas não concorrem de forma direta. Ambos oferecem soluções bancárias práticas, mas diferem significativamente em termos de funcionalidade, custos e benefícios para os utilizadores. O Nickel é conhecido pela simplicidade e acessibilidade, mas tem funcionalidades limitadas com serviços mais básicos se comparados com bancos digitais completos. O Nickel tem menor flexibilidade internacional, estando focado em operações locais e menos adaptado para transações globais.

O Revolut é um banco digital que oferece uma ampla gama de serviços financeiros através de uma aplicação móvel, sem necessidade de interações físicas.

Proporciona funcionalidades avançadas e Inclui conta corrente, cartão de débito, câmbio de moedas sem taxas adicionais, investimentos em criptomoedas, seguros e muito mais. Conveniência Internacional: Adequado para viajantes frequentes e utilizadores que fazem transações internacionais, com taxas de câmbio competitivas.

Mas os planos premium têm custos mensais, o que pode ser uma desvantagem para utilizadores que procuram serviços bancários totalmente gratuitos. A escolha entre Nickel e Revolut depende principalmente das necessidades individuais do utilizador.

O Nickel é adequado para quem busca simplicidade, inclusão financeira e prefere interações físicas. É uma boa opção para aqueles que precisam de uma conta bancária básica sem complicações e a um custo acessível.

O Revolut é mais adequado para utilizadores que valorizam funcionalidades avançadas, gestão financeira integrada e conveniência para transações internacionais. É perfeito para quem viaja frequentemente, realiza operações em várias moedas e está confortável com uma plataforma totalmente digital.

Ambos os serviços oferecem vantagens distintas, e a melhor escolha dependerá das prioridades e do estilo de vida do utilizador. Enquanto o Nickel aposta na acessibilidade e na simplicidade, o Revolut destaca se pela versatilidade e inovação tecnológica.

É fundamental que toda a população tenha acesso a serviços financeiros essenciais e com menos constrangimentos, de acordo com João Guerra.

Principais vantagens

Acessibilidade: O Nickel é uma solução prática para pessoas que podem ter dificuldade em abrir contas em bancos tradicionais, incluindo estrangeiros, jovens e clientes com histórico de crédito desfavorável. A abertura de conta não requer comprovativo de rendimento ou residência.

Custo: O modelo de baixo custo é um dos principais atrativos. Não há taxas mensais de manutenção de conta, e as tarifas para operações são claramente definidas e competitivas.

Simplicidade e Rapidez: A abertura de conta é rápida e descomplicada. Em poucos minutos, o cliente pode sair de uma tabacaria com uma conta bancária ativa e um cartão de débito pronto para uso.

Conveniência: Com uma rede extensa de parceiros comerciais, o Nickel oferece a conveniência de realizar operações bancárias em horários flexíveis, inclusive fora do horário normal dos bancos tradicionais.

Inclusão Financeira: O Nickel desempenha um papel relevante na inclusão financeira, oferecendo serviços bancários básicos a um segmento da população que, de outra forma, estaria excluído do sistema financeiro formal.

Mais de 600 agentes em todo o país

“A Nickel destaca-se pelo seu modelo de negócio inovador e híbrido, pela sua presença digital e enorme dispersão física no terreno. Com um modelo baseado na simplicidade e acessibilidade, sem requisitos mínimos de património, o nosso diferencial é estar disponível para todos, independentemente do rendimento ou origem do cliente. Atualmente, em Portugal, contamos com mais de 600 agentes em todos os distritos de norte a sul do país e temos a segunda maior rede de pontos de atendimento ao cliente a nível nacional, apostando numa maior acessibilidade de todos os cidadãos a serviços financeiros do quotidiano. A aceitação positiva que um produto como a Nickel tem no comércio local evidencia a nossa importância em Portugal”, adiantou João Guerra, CEO da fintech Nickel Portugal, à “Vida Económica”.

“Infelizmente, temos assistido a um desinvestimento por parte da banca tradicional com a redução do número de balcões disponíveis, especialmente no interior do país. Nestas regiões predominam cidades pequenas, bem como aldeias e vilas, onde a população é tendencialmente mais envelhecida e ainda depende de serviços bancários tradicionais, da presença física e do contacto pessoal, bem como de métodos de pagamento como o dinheiro. Nesse sentido, e com o intuito de contrariar a desertificação bancária, trabalhamos para fazer uma reaproximação a regiões onde o acesso a serviços financeiros físicos é limitado”, concluiu João Guerra.

Zona Euro com excedente no comércio mundial de bens

A Zona Euro registou um excedente de 107,5 mil milhões de euros no comércio internacional de bens, no primeiro semestre, o que compara com o défice de três mil milhões em igual período do ano passado, de acordo com o Eurostat. No acumulado, as exportações de bens da região da moeda única para o resto do mundo desceram para 1430 mil milhões de euros.

Emissão de gases baixa na União Europeia

A emissão de gases com efeito de estufa produzidos pelas economias dos países da União Europeia registou uma quebra de 4%, entre abril e junho, relativamente a igual período do ano passado. Foi produzido um total de 894 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, segundo o Eurostat.

NOVOS INCENTIVOS ARRANCAM SEM INCREMENTO DA OFERTA

Preços das casas para jovens tendem a subir

A partir de 1 de agosto, os jovens até aos 35 anos passaram a usufruir de garantia pública na compra da primeira habitação, isenção de IMT e IS e isenção de emolumentos de registo de escritura e hipoteca. A 1 de setembro, entram em vigor as novas medidas de apoio ao arrendamento jovem. Contudo, estas medidas não estão a ser acompanhadas por um necessário incremento da oferta de casas. O aumento de preços é, na perspetiva de vários operadores do mercado imobiliário, uma consequência inevitável.

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt

A 10 de maio de 2024, o atual Governo Constitucional lançou um ambicioso plano, com 30 medidas: o “Construir Portugal: Nova Estratégia para a Habitação”. Foi apresentado como um conjunto de medidas para incentivar a oferta de habitação, promover a habitação pública, incentivar a habitação jovem e assegurar a “acessibilidade na habitação. Uma grande parte deste plano incide sobre os jovens, que são quem tem até 35 anos. Assenta em quatro principais medidas: garantia pública na compra da primeira habitação, isenção de IMT e IS, reformulação do programa Porta 65 Jovem e isenções dos emolumentos devidos pelo registo da primeira aquisição de imóvel destinado exclusivamente a habitação própria e permanente e pelo registo da hipoteca que se destine a garantir o mútuo concedido para aquela aquisição.

Realização de escrituras sem constrangimentos notariais

A primeira destas medidas possibilita o crédito habitação 100% financiado para a compra da primeira casa. A garantia pública do Estado poderá chegar até aos 15% do valor do imóvel, cobrindo o valor que não é financiado pelos bancos. Nesta situação, o Estado atua como fiador. Em caso de incumprimento no pagamento do empréstimo, o Estado irá mobilizar essa quantia temporariamente, que posteriormente terá de ser devolvida. A medida entrou em vigor no dia 1 de agosto de 2024.

Requisitos para beneficiar desta medida: ter idade entre 18 e 35 anos e domicílio fiscal em Portugal, rendimentos que não ultrapassem o 8.º escalão do IRS (81 199 euros anuais ou cerca de 5800 euros por mês), não ser proprietário de um prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano habitacional, nunca ter usufruído de garantias públicas do Estado, o valor do imóvel não pode exceder 450 000 euros e a garantia pública do Estado não pode ultrapassar 15% do valor da transação do prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano. Nota: a a taxa de esforço do adquirente do imóvel não pode ultrapassar os 50%, isto é, o montante a pagar ao banco não deverá ser superior a mais de metade do seu rendimento.

Novos incentivos permitem poupança superior a 15 mil euros

Valor que incide sobre o IMT (€)	Taxa marginal (%)	Taxa média (%)
Até 316.772	0	0
De mais de 316.772 até 633.453	8	-
De mais de 633.453 até 1.102.920	6 (taxa única)	6 (taxa única)
Superior a 1.102.920	7,5 (taxa única)	7,5 (taxa única)

Fonte: Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho.

Valor do imóvel (€)	200.000	250.000	350.000	450.000
IMT	3.978	7.478	12.152	12.152
Imposto de Selo	1.600	2.000	2.534	2.534
Total impostos poupados	5.578	9.478	14.686	14.686
Garantia Pública (10%)	20.000	25.000	35.000	45.000
Total de alívio com as “2 entradas”	25.578	34.478	49.686	59.686

Fonte: “Guia Medidas da Habitação” do ComparaJá.

Governo prolonga prazo de concurso para energia

O Governo prolongou de 2 para 9 de setembro o prazo para a submissão de candidaturas ao aviso do Fundo Ambiental para promover a flexibilidade de rede e o armazenamento de energia na rede elétrica nacional. Em causa está um investimento de cerca de 100 milhões de euros. Os projetos elegíveis podem receber até 30 milhões de euros.

Produção na construção acelera

A produção na construção registou um crescimento de 2,5%, em junho, face a igual mês do ano passado e acima dos 2% verificados em maio, de acordo com o INE. O melhor desempenho aconteceu no segmento "construção de edifícios", com um acréscimo de 3% (2,1% em maio). A "engenharia civil" assistiu a um aumento de 1,8% (1,7% em maio).

Serviços dos registos e notariado enfrentam "verão escaldante"

Arménio Maximino, presidente do STRN.

A aprovação da isenção de IMT e do Imposto do Selo pelo Conselho de Ministros, em maio, levou ao adiamento de várias escrituras de compra e venda de habitação, que provavelmente se intensificou nos dois meses seguintes.
Com o prazo para formalização da escritura depois de realizado o contrato de promessa de compra e venda é de 90 dias, deveremos assistir a um pico de atos de registo notariais em Agosto e Setembro. Resta saber os serviços de registo e notariado estão preparados para esse desafio, que decorrem em época de férias. Pelos vistos, não.
Segundo afirmou Arménio Maximino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado, embora ainda estejam a ser compilados os dados, "estamos a atravessar um 'verão escaldante' pois os Serviços de Registos vêm-se deparando, desde 2019, com enormes problemas estruturais que se têm vindo a agravar de ano para ano, os quais, no seu conjunto, contribuem para que os cidadãos não tenham acesso a serviços essenciais em tempo útil, o que se agrava, por diversas razões, no periodo estival".
"De entre estes problemas, destacaria a falta de 242 conservadores de registos e de 1691 oficiais de registos, o que significa um déficit de mais de 34% do efetivo necessário, o que colocam em crise a sua primordial e essencial função e leva, inclusive, ao encerramento de Conservatórias, o que significa, em si mesmo, a falência do próprio Estado que assim abandona as suas populações", acrescenta.
"Assim, o aumento da procura promovido por esta situação, em concreto, poderá agravar o cenário de um setor que, apesar do enorme esforço que todos os profissionais efetuam diariamente, se encontra já muito debilitado e num estado avançado de degradação.
Se nada vier a ser feito, urgentemente, temo que possamos passar um 'ponto de não retorno'", conclui Arménio Maximino.

Incentivos têm de ser acompanhados por um incremento da oferta

Paulo Caiado, presidente da APEMIP.

A garantia pública na compra da primeira habitação, a isenção de IMT e Imposto de Selo para jovens até aos 35 anos e a Reformulação do Programa Porta 65 Jovem "são boas medidas", que devem ser acompanhadas por um incremento da oferta de casas". Esta é a opinião de Paulo Caiado, presidente da APEMIP.
"Quaisquer medidas que, de algum modo, possam permitir que um jovem consiga aceder a uma habitação, são boas medidas. Umas são novas, outras, como a Porta 65 Jovem, são retificaçõesque procuram torná-la mais abrangente, mas, no geral, desde que se venha a constatar que, de facto, são responsáveis por fazer com que jovens consigam ter acesso a uma casa, só podemos considerá-las boas medidas", afirmou à "Vida Económica Paulo Caiado..
"Contudo, é importante ter presente que estas, como quaisquer medidas direcionadas para a procura, no mercado em que vivemos, caracterizado cada vez mais por escassez de oferta, é essencial que sejam acompanhadas por outras medidas que incrementem a oferta. Se tal não acontecer, podem gerar o efeito perverso de estar a impulsionar o aumento de preços", acrescenta o presidente da APEMIP.

Novas medidas de apoio ao arrendamento jovem em vigor a partir de 1 de setembro

Isenção de IMT e imposto do selo

A isenção do IMT e do imposto do selo entraram também em vigor a 1 de agosto.

O IMT é um imposto, de prestação única, pago ao Estado antes da escritura da tua nova casa, que incide sobre o Valor Patrimonial Tributário ou sobre o valor declarado na escritura do imóvel (o maior destes dois). A isenção deste imposto é aplicada à aquisição de prédios urbanos ou de frações autónomas de prédios urbanos para habitação própria e permanente.

Quem beneficiar desta isenção não pode arrendar ou tornar o imóvel num alojamento local nos seis anos seguintes à compra; a venda e o arrendamento no prazo de seis anos só é possível caso haja alteração no agregado familiar (casamento, divórcio, união de facto, aumento do número de dependentes) ou caso a morada do local de trabalho do proprietário seja alterada para uma distância superior a 100 quilómetros à do imóvel. No entanto, após o arrendamento ou a venda, a casa terá de continuar a destinar-se exclusivamente a habitação

Para usufruir desta medida, é necessário fazer o IRS em nome próprio. Mas as regras são flexíveis: Caso o adquirente tenha mais do que 35 anos, mas vá adquirir um imóvel em conjunto com alguém elegível, poderá beneficiar desta medida.

O imposto do selo é uma tributação cobrada pelo Estado que tem como propósito financiá-lo. Enquadra-se na categoria dos impostos sobre o consumo, só se aplicando a todos os atos que não estejam sujeitos a IVA. Não é, portanto, acumulável com este. No crédito à habitação, há lugar ao pagamento deste encargo em dois momentos: na realização da escritura da casa que se vai adquirir e quando o montante do empréstimo é disponibilizado na conta à ordem.

Sobre este imposto, a medida do Governo aplica as mesmas condições que na inseção do IMT: para beneficiar da isenção o adquirente da habitação deverá ter até 35 anos e apenas é válida na aquisição de imóveis com um valor máximo de 316 mil euros.

(Continua na página seguinte)

Poupança pode ultrapassar os 15 mil euros

O Decreto-Lei n.º 48-A/2024, de 25 de julho, surgiu como uma forma de mitigar a atual crise no acesso à habitação pelos jovens, sendo que deste resulta, em termos genéricos, uma isenção de IMT e de Imposto do Selo na compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, desde que cumpridos alguns requisitos. Adicionalmente, foi consagrada uma isenção e redução de emolumentos devidos pelo registo da primeira aquisição, por jovens com idade igual ou inferior a 35 anos, de imóvel destinado a habitação própria e permanente e pelo registo da hipoteca que se destine a garantir o mútuo concedido para aquela aquisição.
A título de exemplo, ao abrigo deste novo regime, um jovem que preencha os requisitos para aplicar esta isenção poderá beneficiar, na aquisição de habitação própria e permanente cujo valor para efeitos da liquidação de IMT seja de 250 mil euros, de uma poupança fiscal total de 9477,53 euros (correspondente a 7477,53 euros e 2000 euros em sede de IMT e Imposto do Selo, respetivamente).

André Areias, Advogado da área de Fiscal na Cuatrecasas

Na aquisição de habitação própria e permanente pelo valor de 300 mil euros, poderá o mesmo jovem beneficiar de uma poupança fiscal total de 13 377,53 euros (correspondente a 10 977,53 euros em sede de IMT e 2400 euros em Imposto do Selo).

Catarina Ribeiro Leão, Advogada da área de Fiscal na Cuatrecasas

Por sua vez, na aquisição de um imóvel pelo valor de 400 mil euros, apesar de o mesmo jovem apenas poder beneficiar de uma isenção parcial – o valor que serve de base à liquidação de IMT ultrapassa o limite de 316 772 euros ao qual é conferida a isenção total –, esta poupança poderá atingir 14 685,87 euros (12 151,69 euros e 2534,18 euros em sede de IMT e Imposto do Selo, respetivamente).
No que diz respeito aos emolumentos devidos pelo registo, esta isenção pode significar uma poupança até 500 euros caso ocorra o registo de hipoteca, ou de 250 euros caso esta última não tenha lugar.
Relativamente à possibilidade de o Estado prestar garantia pessoal a instituições de crédito com vista à viabilização de concessão de crédito à habitação própria e permanente, importa realçar que a regulamentação necessária para a sua aplicação não foi ainda aprovada, pelo que aguardamos em que termos a mesma será adotada e, consequentemente, quais os impactos que da mesma poderão resultar.

Produção industrial dececiona na Zona Euro

A produção industrial do conjunto da Zona Euro registou uma descida de 0.1% em junho, face ao mês anterior, refere o Eurostat. Tratou-se da terceira descida mensal consecutiva, quando os analistas esperavam um crescimento de quatro décimas para o sexto mês do ano, Em comparação com junho do ano passado, a produção industrial recuou 3,9%, o recuo mais forte desde fevereiro.

Mar 2030 com aviso de 22,8 milhões para aquacultura

Está a decorrer um aviso no âmbito do Mar 2030 no valor de 22,8 milhões de euros para apoiar a aquacultura, a investigação na área e startups que possam surgir, anunciou o ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes. As candidaturas a este aviso devem ser submetidas até ao próximo dia 15 de outubro. O objetivo é apoiar os melhores projetos.

(Continuação da página anterior)

Esta isenção é total para casas de valor até ao 4.º escalão do IMT, ou seja, até aos 316 772 euros. Na parte que exceda este valor e até aos 633 453 euros, há lugar ao pagamento de IMT na taxa correspondente a este escalão (8%).

A medida faz com que, em termos práticos, na compra de uma casa por 300 mil euros, o jovem pague menos 13 377,58 euros em impostos (entre 10.977,58 em IMT e 2400 euros em Imposto do Selo).

Isenção de emolumentos

Complementarmente à isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e de imposto do selo, o Governo estabeleceu isenções dos emolumentos devidos pelo registo da primeira aquisição de imóvel destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, a favor de sujeitos que tenham idade igual ou inferior a 35 anos, e pelo registo da hipoteca que se destine a garantir o mútuo concedido para aquela aquisição, bem como uma redução dos emolumentos devidos pelo procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóvel. Esta medida entrou também em vigor a 1 de agosto deste ano. Para beneficiar destas isenções, o valor do imóvel não poderá ultrapassar os 316 772 euros.

Assim, ao comprar uma casa com recurso a empréstimo, além do pagamento de 225 euros pelo registo da escritura, ainda seria preciso pagar outros 225 euros pelo registo da hipoteca. Ou seja, a isenção vai permitir aos jovens uma poupança que pode chegar aos 450 euros.

Apoio ao arrendamento jovem

A 1 de setembro entram em vigor as novas medidas do programa Porta 65, que irão beneficiar 40 mil jovens: eliminação da renda máxima admitida como fator de exclusão dos candidatos; redução do número de meses de recibos de vencimento a apresentar em alternativa à declaração de IRS, de seis para três meses; inversão do processo de candidatura - o jovem pode candidatar-se ao apoio e só após receber resposta procurar uma habitação no mercado; sistema de candidatura mensal, tendo como fatores decisivos o rendimento e agregado familiar do candidato, garantindo apoio prioritário aos que mais precisam.

Questionada pela VE sobre o impacto que este conjunto de incentivos está a ter ou que poderá vir a ter no mercado do crédito à habitação, a APB – Associação Portuguesa de Bancos opta por "nesta fase" não comentar o tema.

Notários prontos para o acréscimo de realização de escrituras

Jorge Batista da Silva, bastonário da Ordem dos Notários.

Os operadores do mercado imobiliário apontam para um acréscimo acentuado de realização de escrituras de compra e venda de imóveis, durante os meses de Agosto e Setembro, decorrente da garantia pública na compra da primeira habitação e da isenção de IMT e Imposto de Selo para jovens até aos 35 anos. Estão os notários preparados para o previsível acréscimo de serviço tendo em conta os prazos impostos para a realização de escrituras?

"A rede de Cartórios Notarias tem atualmente 487 locais de atendimento e está preparada para dar resposta a picos de procura sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. No caso concreto, os notários vão assegurar a realização das compras e vendas em todo o país, sem constrangimentos para compradores e vendedores", afirma à "Vida Económica" Jorge Batista da Silva.

O bastonário da Ordem dos Notários recomenda aos que pretendem realizar escritura de compra e venda de imóvel "que escolham sempre, com antecedência, o cartório onde pretendem realizar a escritura de compra e venda do imóvel e que informem todas as entidades envolvidas de que só aceitam celebrar a escritura nesse mesmo local, pois é um direito dos cidadãos realizar o contrato onde se sentem mais seguras".

"Junto desse cartório podem obter todas as informações necessárias para a escritura e também ficar a saber como podem usufruir das isenções de impostos e de taxas de registos", acrescenta.

Isenção do IMT repõe uma situação que era a base da normalidade há 20 anos

Ricardo Guimarães, "managing partner" da Ci.

"Em primeiro lugar, é preciso também percebermos que os jovens são uma fatia relativamente pequena da procura de habitação, pelo que o impacto no mercado como um todo é relativamente reduzido, especialmente do ponto de vista de equilíbrio dos preços. Dito isto, as medidas em questão são muito importantes em concreto para esta franja do mercado que são os jovens, dado que são também a fatia com maior dificuldade de acesso à habitação", afirma à "Vida Económica" Ricardo Guimarães.

O "managing partner" da Ci – Confidencial Imobliário acrescenta que "as medidas de estímulo fiscal e de acesso a financiamento terão um impacto muito relevante, porque incidem sobre a dupla entrada que os jovens habitualmente têm de dispor para comprar uma casa, nomeadamente de uma fatia de capital próprio para a concessão de empréstimo e de capital disponível para pagamento do IMT. Sem prejuízo, é sempre bem lembrarmo-nos que esta redução de IMT vem meramente repor o que era uma situação de normalidade quando este imposto foi criado. Há 20 anos, um T1 custava 91 mil euros e o limite de isenção de IMT previsto na época era de 92 mil euros. Quando o IMT foi criado, jovens e não jovens tinham isenção até um valor compatível com o que era uma referência de valor médio do mercado. Contudo, os preços mais que duplicaram desde 2004 e o limite de isenção subiu cerca de 10%. Ou seja, na prática, o mercado imobiliário tem tido um grande aumento de impostos em sede de compra e isto afeta todos, mas em especial os jovens. Resumindo, esta isenção vem discriminar positivamente os que são mais prejudicados pela crise de acesso à habitação, mas também acaba por repor (parcialmente) uma situação que era a base da normalidade há 20 anos".

"Na prática, esta isenção vem discriminar positivamente os que são mais prejudicados pela crise, mas também acaba por repor uma situação que era a base da normalidade há 20 anos", acrescenta Ricardo Guimarães.

"Quanto ao arrendamento, as medidas de alteração do programa Porta 65 Jovem são também positivas, porque reduzem os fatores de exclusão e, na teoria, vão alargar o acesso de mais jovens a este apoio. São boas notícias, mas com um impacto relativamente restrito, dada a escala do programa. Efetivamente, a porta de entrada dos jovens para o mercado deveria ser o arrendamento e isso só será possível com um aumento expressivo da oferta privada. Contudo, o arrendamento é cada vez menos atrativo como classe de investimento.

Há uma série de fatores que justificam a dificuldade de investir em arrendamento e depois praticar rendas acessíveis. É preciso olhar para a cadeia de valor do mercado, perceber onde estão os fatores de constrangimento e intervir sobre esses fatores", conclui.

Acelerar o Norte

MARCAS fortes para acelerar o norte

A construção de uma marca robusta é fundamental para os pequenos negócios que procuram destacar-se num mercado competitivo. Com efeito, uma marca é um sinal utilizado para identificar e distinguir os produtos ou serviços de uma empresa dos produtos ou serviços de outras empresas. De facto, a marca não se limita a um logótipo ou slogan, pois abrange a perceção global que o público tem da empresa, dos seus valores, missão e personalidade. No entanto, para se perceber o que torna uma marca forte, é fundamental compreender quem é o consumidor do século XXI e o que este procura.

Segundo Philip Kotler, considerado o pai do marketing moderno, o consumidor dos dias de hoje é altamente informado e exigente. Graças aos avanços tecnológicos, este tem acesso a uma infinidade de informações, valoriza experiências, confia nas recomendações de outros consumidores e aprecia marcas com boa reputação, que estejam alinhadas com os seus próprios valores.

Efetivamente, ao criar uma marca é importante definir o propósito e criar conexões com os consumidores, seja num ambiente físico, seja num ambiente digital, tal como faz a Super Bock através de festivais de música e de campanhas interativas nas redes sociais.

Importa identificar os valores que caracterizam a marca e destacar como estes a diferenciam da concorrência. Por exemplo, pense na marca de calçado Josefinas, que se diferencia pela sua ênfase na produção artesanal e na afirmação feminina. Já pensou que compramos aquilo com que nos identificamos?

Paralelamente, importa proporcionar ao consumidor uma experiência de consumo diferenciada e inesquecível, veja-se o caso das lojas da Arcádia, que apresentam uma decoração elegante e tradicional, a par de embalagens com um design cuidado, o que reforça a imagem sofisticada da marca. Sublinhe-se que desde o primeiro contacto com o consumidor, até o pós-venda, todas as interações devem ser pensadas com o objetivo de o cativar.

Acresce referir que uma marca consistente transmite confiança e credibilidade, características essenciais para atrair e fidelizar os consumidores.

Finalmente, após a idealização da imagem de marca, é importante proceder ao seu registo legal, sendo este um passo essencial para a sua proteção e reconhecimento.

Foi justamente para ajudar as micro, pequenas e médias empresas - bem como os seus empresários e colaboradores - dos setores do comércio, restauração e similares e serviços pessoais do Norte no processo de construção das suas marcas ou apenas a melhorá-los, que o projeto Acelerar o Norte desenhou um programa de capacitação com um ciclo de nove workshops temáticos, um dos quais aborda a importância da criação da marca. É que, para que as empresas possam fazer a sua transição digital com sucesso, há que avaliar, numa primeira fase, e melhorar aquilo que as distinguiu no seu mercado. As ações de capacitação são inteiramente gratuitas para as empresas aderentes ao projeto e podem ser integradas nos planos de formação anual obrigatória. É, por certo uma oportunidade que as empresas não vão querer desperdiçar.

Porém, para que os que ainda estão hesitantes em aderir e desconhecem os benefícios de que podem usufruir, participando, o projeto Acelerar o Norte irá partilhar nos próximos meses, nestas páginas, a informação em dose q.b., isto é, apenas o suficiente para aguçar o apetite da descoberta...

Para saber mais, vá a aceleraronorte.pt

O Acelerar o Norte – projeto financiado pela União Europeia através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do NexGenerationEU, enquadrado na medida Aceleradoras de Comércio Digital, que integra o investimento 02 – Transição Digital das Empresas da componente 16 – Empresas 4.0 do PRR - propõe-se a contribuir para a mudança de atitude empresarial, facilitando a adoção de estratégias e soluções digitais que permitam atrair novos clientes, aumentar as vendas e simplificar processos para fazer crescer o negócio em todas as frentes.

PAULO VAZ
Jurista e Gestor

Distraídos com o acessório

O fim do verão – e da habitual "silly season" – marca o início de um novo tempo político, que vai ficar marcado, em Portugal, pelo psicodrama da aprovação do Orçamento de Estado para 2025.
Até lá já se proferiram muitas declarações e o seu contrário, pelo que as conclusões não são difíceis de alcançar sobre o que acontecerá: o Governo minoritário da Aliança Democrática verá o seu OE aprovado, mesmo que tenha os votos contra da Esquerda radical e eventualmente do CHEGA (que terá relutância em alinhar com quem mais antipatiza, mas cuja inconstância e imaturidade já não surpreende) e a aprovação do PS, mesmo que seja apenas com a sua abstenção, se não for preciso mais.
Tirando algumas vozes mais exaltadas nos socialistas, que parecem não impressionar Pedro Nuno Santos, ninguém parece disposto a responsabilizar-se por derrubar um Governo, sabendo que o eleitorado penalizará fortemente nas urnas quem deu causa a esse desfecho. A História tem lições para dar e parece que há quem a revisite para aprender. Antes assim.
O Governo também não vai facilitar neste aspeto, razão pela qual se mostra tão magnânimo em satisfazer as pretensões de algumas corporações, todas elas ligadas ao serviço público, mesmo que corra o risco de se jogar no campo da demagogia e até da irresponsabilidade, fazendo crescer perigosamente a despesa pública, comprometendo "as contas certas", que António Costa tanto defendia, mesmo sujeitas a alguns truques contabilísticos, como as célebres cativações.
Esta generosidade do Executivo de Luís Montenegro tem essencialmente como objetivo assegurar "sem espinhas" a aprovação do Orçamento de Estado para 2025, pois deixa sem margem de manobra a Oposição se esta se atrever a precipitar eleições antecipadas, e garante e a sua sobrevivência até 2026, pois aí, por força das Presidenciais, o Parlamento não poderá ser dissolvido nesse período de tempo, permitindo que o Governo subsista mesmo sem OE e gerindo por duodécimos.
Se este cenário foi sempre possível desde o início, a habilidade política de Montenegro, que se tem revelado mais capaz do que a maioria pensava, apresentando-se sereno, seguro e com postura de Estado, vem hoje tornar mais que provável este desenlace, juntando-lhe um verdadeiro "bodo aos pobres" de medidas de valorização de rendimentos exclusivamente aos servidores do Estado, como professores, médicos, enfermeiros, funcionários judiciais, polícias e militares, garantindo assim simpatias e eventuais votos. Nada que o PS não fizesse no passado e que o PSD reedita no presente, e qualquer deles no futuro se for necessário.
Enquanto o mundo da "corte de Lisboa" anda entretido com estes temas, vivendo na sua "bolha" de irrealidade, como se o resto do país não existisse nem contasse, isto apesar de muitos governantes serem do Norte e rapidamente se esquecerem da sua origem – um clássico que já Camilo e Eça retratavam mordazmente nos seus escritos de mais de 150 anos atrás –, há sinais preocupantes na economia que parecem não impressionar nem a classe política, nem a extensa tribo de comentadores do regime, alguns que se distinguem pela capacidade de comentar comentários e nada acrescentar, nem os próprios órgãos de Comunicação Social, mais preocupados com as agruras do Benfica ou das transferências de jogadores, as férias de Cristiano Ronaldo e sua família, ou os escândalos ocasionais, fortemente amplificados para vender jornais ou garantir audiências.
São anunciados pacotes de medidas, num ímpeto reformista, que se saudaria se passassem – pelo menos em parte – do "powerpoint" para a ação, especialmente na área da Economia, da Justiça ou da reestruturação da Administração Pública, esquecendo-se, por exemplo, que o principal obstáculo ao crescimento e ao desenvolvimento do país está hoje na burocracia, que tudo limita, tudo constrange, tudo atrasa e conduz a que ninguém decida nada, pois a inércia é a única garantia de que não haverá problemas na progressão das carreiras, mesmo que isso seja em direto prejuízo dos cidadãos e contribuintes que pagam os salários do funcionalismo de Estado.
Não se admirem, por isso, que o PRR não esteja a ser executado, o Portugal 2030 ficar muito aquém da execução prevista, mesmo que os organismos do Estado sejam sempre privilegiados na atribuição dos incentivos relativamente aos privados, independentemente da cor política que nos governa. Não nos espantemos que, por mais digital que seja a nossa relação com o Estado, continue a crescer paradoxalmente o número de funcionários públicos, indispensáveis para assegurar o processamento de licenças, autorizações, formulários e obviamente garantir que o custo de tudo isto, em impostos e taxas, derreie o contribuinte, o qual, mesmo em desespero de esforço, é sempre visto com um prevaricador pronto a evadir-se às suas obrigações.
Os tempos difíceis vão chegar em breve: as exportações estão em queda, mas o pacote de medidas para a economia só quase contempla o turismo, esquecendo a indústria e a internacionalização, além de que não há uma única medida para apoiar a tesouraria das empresas, quando muitas PME estão no fio da navalha da sobrevivência, bem demonstrado pelo disparar das insolvências e pelo desemprego jovem, os fundos comunitários não arrancam ou são dedicados a grandes projetos ou ao Estado, pelo que o investimento alavancado por esta via é simplesmente fantasia, não se conhece uma estratégia de desenvolvimento séria e sustentada para o país, que não recaia no velho mantra, já insuportável de ouvir, da dupla transição energética e digital, e da sustentabilidade em geral, quando se exige mais, muito mais, para que o país tenha futuro, que fixe talento e se distinga pela inovação, o que só a industria transformadora de bens transacionáveis pode criar, gerando verdadeira e sólida riqueza, capaz de ser exportada e criar empregos e carreiras, não a frágil economia que estamos a deixar criar feita da volatilidade do turismo e do infindável crescimento do Estado.
Há razões para nos preocuparmos e muito, mas o país parece não querer saber, a viver um interminável Verão, distraído com a frivolidade do acessório, até que bata de frente, com dor e danos, na realidade.

> *"Os tempos difíceis vão chegar em breve: as exportações estão em queda, mas o pacote de medidas para a economia só quase contempla o turismo, esquecendo a indústria e a internacionalização, além de que não há uma única medida para apoiar a tesouraria das empresas, quando muitas PME estão **no fio da navalha** da sobrevivência"*

JOÃO REGUFE
Professor e Coordenador da Pós-graduação de Gestão do Desporto na ISAG Executive Academy

"Do fitness à alta competição"

O exercício físico e o desporto mobilizam massas, com efeito na vertente social, económica e financeira. A gestão do desporto, as técnicas de marketing e a comunicação, são vetores essenciais para a promoção sustentável das atividades desportivas, num mundo globalizado e demasiado volátil.
O mercado de trabalho é exigente, competitivo, e para que os profissionais se destaquem na sua área, exige-se profundos conhecimentos do negócio. Uma boa parte dos colaboradores de topo das empresas de gestão de espaços desportivos, demostram dificuldade em gerir o negócio pela falta de conhecimento ao nível da gestão, seja ela financeira ou organizacional.
A Pós-Graduação em Gestão do Desporto "do fitness à alta competição", terá a sua primeira edição no ISAG – European Business School e revela-se uma excelente oportunidade para os profissionais que pretendem obter mais conhecimento acerca das várias áreas envolvidas neste mercado bastante abrangente. Os formandos poderão desenvolver competências de liderança, melhorar as capacidades necessárias para gerir equipas, resolver conflitos, bem como tomar decisões mais ponderadas e informadas. Visa também capacitar os profissionais para a gestão do negócio, dos equipamentos, das instalações na área do fitness e pretende ser uma oferta formativa alargada à vertente do negócio da alta competição.
Com um programa completo e inovador, certificado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, que surge da sinergia entre várias áreas, junta a experiência, a prática e o know-how científico da gestão nas organizações desportivas, no mercado do fitness e na alta competição. Docentes altamente qualificados, com enorme experiência profissional, fazem parte da pós-graduação, com 192 horas, num regime híbrido, presencial e online, que permitirá uma abrangência e oferta ao nível internacional. Quatro grandes módulos compõem esta pós-graduação: 1. Gestão Jurídica, Recursos Humanos, Administração Pública e Finanças; 2. Gestão de Instalações Desportivas, Comunicação e Marketing; 3. Gestão da Saúde na Prática Desportiva; 4. Gestão do Fitness e da Alta Competição.
O mundo está em constante transformação, rápida, acelerada e profunda, exigindo-se aos profissionais da área desportiva, mais preparação, em busca da criação de oportunidades de emprego mais qualificado e bem remunerado.

NEGÓCIOS E EMPRESAS

MaxFinance abre 20 lojas

A MaxFinance, empresa do setor da intermediação de crédito, reforçou a capilaridade da sua rede que opera em regime de *franchising* com a abertura de 20 novas lojas, distribuídas pelos concelhos de Lisboa, Braga, Porto, Leiria, Aveiro, Madeira, Setúbal e Santarém. Totaliza agora mais de 150 lojas físicas a nível nacional. Conta com 370 franchisados e uma equipa de 1100 profissionais.

Setor do vinho defronta-se com fortes desafios

O setor do vinho revelou um forte sucesso na última década, com as exportações a aumentarem de valor. Apesar do seu contributo para o PIB, a fileira enfrenta agora desafios significativos. Face a esta realidade, a Associação Nacional dos Comerciantes e Exportadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas (Anceve) vai realizar uma conferência sob o tema "Desafios e oportunidades para o setor do vinho – vem aí uma crise vitivinícola sem precedentes?".

Os desafios que se colocam atualmente prendem-se, segundo a Anceve, com a quebra as alterações dos padrões de consumo, a instabilidade do contexto internacional, a dificuldade em conseguir aumentar o valor acrescentado, a deficiente remuneração dos viticultores e os apelos constantes às destilações de crise e aos negócios por elas proporcionados. A associação chama ainda a atenção para o controlo relativo ao trânsito de vinhos, as reclamações sobre as deficiências da fiscalização, a problemática em redor do arranque de vinhas, o futuro do programa VITIS e as importações de vinho a granel de baixo preço, que desvirtuam o mercado.

Padrões de consumo estão a mudar

O setor também regista dificuldades de produção e colheitas cada vez mais imprevisíveis, devido às alterações climáticas. Neste contexto, alguns especialistas alertam para uma crise vitivinícola sem precedentes. "O setor deve adaptar-se às novas realidades e o enquadramento político deve acompanhar essa transição", adianta a Anceve. A Anceve organiza a conferência no próximo dia 19 de setembro, pelas 14h30m, na Aula Magna da Universidade Portucalense, no Porto.

BIOFACH 2025 tem inscrições abertas

A BIOFACH 2025, a principal feira mundial de produtos biológicos, regressa à Nürnberg Messe, na Alemanha, entre 11 e 14 de fevereiro. Na última edição contou com a presença de 35 991 visitantes provenientes de 137 países e com 2574 expositores do setor.

A InovCluster, através do export.i9, encontra-se a divulgar, mais uma vez, a participação portuguesa na BIOFACH para a qual as empresas elegíveis podem ter um financiamento de até 50%.

Última edição contou com a presença de 35 991 visitantes

A participação das PME na feira, organizada pela InovCluster, inclui o aluguer de espaço; um stand individual sob o "chapéu" de Portugal (arquitetura, produção, montagem/desmontagem, decoração, transporte e logística); o transporte dos produtos para exposição na feira (com condições específicas a definir de acordo com as especificidades dos produtos a transportar); a gestão e apoio técnico no local; identificação de potenciais importadores/distribuidores no mercado alemão; integração na brochura da feira; viagem de avião Lisboa/Porto – Nuremberga – Lisboa/Porto (1 pessoa por empresa); e alojamento de 5 noites em hotel (1 pessoa por empresa).

Keller Williams reforça expansão em Portugal

A Keller Williams prossegue a sua estratégia de expansão e reforço da presença em Portugal com a abertura de dois novos "market centers", um no concelho de Almada e outro em Cascais. O grupo reforça assim a estratégia de expansão da marca, que anunciou um novo recorde de faturação no nosso país, acima dos 30 milhões de euros no primeiro semestre de 2024, um aumento de 17% face ao período homólogo.

Navigator e Saint-Gobain fazem parceria

A The Navigator Company e a Saint-Gobain celebraram uma parceria estratégica focada na promoção da economia circular e na descarbonização da indústria de produção de argamassas. O acordo celebrado visa o fornecimento por parte da Navigator de um subproduto que será integrado na composição das soluções da marca Weber. Esta parceria com a Navigator permitirá à Saint-Gobain continuar a lançar soluções completamente inovadoras no setor.

TIAGO SANTOS, CEO DA ENLITIA, ALERTA

Recrutamento de recursos altamente qualificados é difícil no setor da energia

A Enlitia assume uma posição de liderança na aplicação da IA às energias renováveis, de acordo com Tiago Santos.

A Enlitia, empresa que opera no setor da energia solar e eólica, tem como principal desafio o recrutamento de talentos altamente qualificados. "A empresa enfrenta a competição global por profissionais especializados em tecnologia e energia, o que tem exigido medidas rápidas, como a adoção do trabalho remoto, pacotes salarias competitivos e um processo de recrutamento mais ágil"- declarou à "Vida Económica" Tiago Santos, CEO da Enlitia. Além disso, a complexidade regulatória nos diferentes mercados também representa um desafio constante.

A empresa nasce em 2023 para se especializar no desenvolvimento de um ecossistema único de algoritmos para maximização da produção de energia solar e eólica. Nos últimos anos, com o exponencial da Inteligência Artificial (IA), o mercado investe cada vez mais neste tipo de soluções e desenvolvimentos, tirando partido de toda a tecnologia disponível, e por isso, "estamos a desenvolver uma plataforma especializada na aplicação de IA para a energia renovável, que promete revolucionar a eficiência e a sustentabilidade na geração de energia renovável", adiantou Tiago Santos. No primeiro ano de atividade, a Enlitia conseguiu consolidar a sua posição como uma empresa líder na aplicação de inteligência artificial às energias renováveis. "Além de lançar o seu ecossistema único de algoritmos, a empresa expandiu a sua presença internacional, alcançando clientes em diversos países, e contamos hoje com 17 grandes empresas de energia no nosso portfólio. Internamente, duplicamos a equipa e estamos a contratar ativamente para acelerarmos os nossos desenvolvimentos."

Empresa tem expandido a sua presença internacional

Expansão internacional

O empresário destaca que a estratégia envolve a expansão internacional para mercados como Espanha, Alemanha, Reino Unido e Itália, "onde esperamos capturar 30% do nosso volume de negócios até o final de 2025. Continuaremos a investir em pesquisa e desenvolvimento para aperfeiçoar a nossa tecnologia e oferecer soluções inovadoras aos nossos clientes". Já este ano, prevê duplicar o volume de negócios e, para acompanhar, prevê também aumentar a equipa até às 30 pessoas. Essas contratações serão focadas em áreas estratégicas como desenvolvimento de algoritmos, software, gestão de projetos e comercialização das suas soluções tecnológicas. Na Enlitia, a inteligência artificial desempenha um papel crucial, permitindo previsões mais precisas e em tempo real para a produção de energia renovável. Tiago Santos refere a este propósito: "Os nossos algoritmos desenvolvidos possibilitam uma gestão mais eficiente e otimizada dos ativos renováveis, reduzindo o impacto da variabilidade climática e maximizando a produção de energia. De acordo com a nossa experiência, o impacto financeiro da aplicação de IA na otimização de produção renovável ronda os dois milhões de euros, por GW, por ano."

Tiago Santos chama a atenção para a comcorrência que se faz sentir no mercado: " No mercado altamente competitivo de energias renováveis, destacamo-nos não apenas pela nossa tecnologia de ponta, mas também pela capacidade de oferecer soluções personalizadas que atendem às necessidades específicas dos nossos clientes. O nosso ecossistema único de algoritmos não só maximiza a produção de energia solar e eólica, mas também otimiza a eficiência operacional e a rentabilidade dos projetos. Além disso, a nossa abordagem centrada no cliente e o nosso compromisso contínuo com a inovação permitem-nos adaptar rapidamente às mudanças do mercado e às exigências regulatórias, garantindo que permaneçamos na vanguarda do setor global de energias renováveis."

Complexidade regulatória é desafio comstante

M. Margarida Pereira-Müller

Ana Vieira da Mata

Presidente do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC)

Com uma carreira na área da regulação e políticas públicas, nomeadamente na aviação civil, Ana Cristina Rodrigues Vieira da Mata nasceu em Lisboa a 18 de novembro de 1973.
Motivada por uma combinação de fatores, entre os quais a influência significativa de professores durante a sua formação inicial, inscreveu-se após o ensino secundário, no curso de Organização e Gestão de Empresas do ISCTE (Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Durante o seu percurso académico teve contacto com diversas áreas de conhecimento que lhe mostraram a importância da gestão eficiente tanto no setor público quanto no privado. A capacidade de aplicar teorias de gestão para resolver problemas reais e melhorar processos organizacionais foi um dos aspetos que a cativou desde o início da sua carreira.
Começou a sua atividade profissional ainda estudante, trabalhando em consultoria na preparação de projetos de investimento no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, portanto lidando desde cedo com matérias relacionadas com políticas publicas, embora na ótica dos agentes económicos beneficiários.
Sempre teve um interesse natural por estruturas organizacionais e pela forma como elas podem ser otimizadas para alcançar melhores resultados. Essa curiosidade intelectual, combinada com o encorajamento de professores, levou-a a especializar-se na área de gestão.
Em 1998, e já licenciada, ingressou na Direção-Geral da Indústria como Técnica Superior. Em 2000, iniciou funções no INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil) liderando o Departamento de Análise Económica e Financeira da Direção de Acesso à Atividade. Três anos mais tarde, e após um processo de reorganização interna, ainda no INAC, passou a liderar o Departamento de Transporte Aéreo e Aviação Geral da Direção de Licenciamento de Empresas.
A aviação civil fascina-a, pois é um setor de atividade marcado por um inegável dinamismo, inovação, complexidade e extraordinária capacidade de resiliência, como se vê pela recuperação extraordinária no pós-pandemia. A aviação desempenha um papel crucial no impulso ao crescimento económico e no apoio à mobilidade global. Para Ana Vieira da Mata, "conectividade não se trata apenas de ligar destinos; trata-se de aumentar a eficiência, promover o comércio e melhorar a qualidade de vida das pessoas".
Em 2008, iniciou funções como a Diretora do Gabinete de Estudos e Controlo de Gestão. Em 2014, passou a dirigir a Direção de Regulação Económica e, em 2021, ascendeu a vogal do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC). No final do ano passado, assumiu o comando da ANAC como Presidente do Conselho de Administração, função que iniciou em 1 de janeiro de 2024.
Paralelamente, foi docente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias entre 2008 e 2015.
Não descurando a formação ao longo da vida, fez no ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) um Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial, com defesa de tese na área de regulação e políticas publicas, a que se seguiram diversos outros cursos como uma Pós-graduação em Sistemas de Informação (POSI E3) no Instituto Superior Técnico em 2008, o FORGEP - Programa de Formação em Gestão Pública do INA (Instituto Nacional da Administração) no mesmo ano, uma Pós-graduação em Regulação Pública e Concorrência no Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 2015 e o curso de Slots: The four Dimensions — Government/airlines/ANSPs/Airports, inserido no Programa Internacional Virtual do Instituto Ibero-Americano de Direito Aeronáutico e do Espaço e da Aviação Comercial em 2020, entre outros.

RAIO-X LABORAL

A fiscalização inteligente e o perigo do arrastão algorítmico

Na alvorada do Regulamento de Inteligência Artificial (IA), em vigor desde 1 de agosto, as empresas começam a despertar para os seus impactos, designadamente laborais. Enquanto empregadoras, preocupar-se-ão, desde logo, com a conformidade das soluções de IA que utilizam na "gestão algorítmica" do trabalho. No entanto, há outra aplicação de IA, frequentemente esquecida, que pode impactar profundamente empregadores e trabalhadores: a "fiscalização inteligente".

A aplicação de IA na ação inspetiva nos domínios laboral e de segurança social não é novidade.

Em julho de 2023, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) notificou cerca de 80 mil empresas a respeito de milhares de trabalhadores contratados a termo, alegadamente à margem da lei, para que convertessem os respetivos vínculos em permanentes.

A solução passou pela interconexão de dados entre a ACT e a Segurança Social (SS), permitindo identificar situações em que os prazos máximos dos contratos a termo já tivessem sido ultrapassados.

Já em fevereiro de 2024, assistimos a uma nova campanha da ACT destinada a detetar falsos recibos verdes, com base numa ação de cruzamento de dados entre a SS e a Autoridade Tributária, focada nos trabalhadores independentes cuja maioria dos rendimentos adviesse de uma única entidade.

Em Espanha, uma investigação jornalística, tornada pública em 2023, deu a conhecer o modelo de IA preditiva aplicado pela SS espanhola para definir a ordem pela qual os trabalhadores deveriam ver a sua baixa verificada pelos médicos, para avaliar a continuidade da concessão do subsídio de doença. O sistema identificava também quem deveria ter tido alta e, caso o regresso ao trabalho não tivesse ocorrido, marcava o caso como uma possível situação de fraude.

Recordemos ainda o polémico caso nos Países Baixos, onde as autoridades fiscais utilizaram algoritmos de aprendizagem automática para criar perfis de risco, que permitissem detetar de forma precoce fraudes em matéria de abonos de família, o que culminou num escândalo de discriminação algorítmica.

As dificuldades da ação inspetiva "tradicional" são sobejamente conhecidas: o número de inspetores é escasso, acabando por atuar maioritariamente "a reboque" de denúncias; além disso, o significativo volume de dados e a necessidade de os processar de forma rápida e eficiente para identificar infrações e atuar convida à automatização de processos.

Contudo, a fronteira entre a "fiscalização inteligente" e uma "pesca de arrasto" pode ser ténue, e já ficou demonstrado quão perigoso pode ser um "arrastão algorítmico". Com efeito, no rescaldo da aplicação de ferramentas de prevenção e de fiscalização "inteligentes", muito se falou da falta de precisão dos algoritmos, da sua opacidade, e de discriminação, problemas de difícil erradicação.

CRISTINA ROMARIZ
Advogada da área de Laboral da Cuatrecasas

Sendo inegável que o combate à precariedade laboral, à fraude e à evasão contributiva e prestacional são "cruzadas" meritórias às quais a IA pode ser aplicada com importantes ganhos de eficiência, não se podem "branquear" os riscos, como a potencial violação dos direitos e garantias das pessoas (singulares e coletivas), pondo em causa a sua privacidade e a proteção dos seus dados, e até o seu direito de defesa.

O uso de IA não é inócuo, devendo ser feito de forma ética e legal. O Regulamento de IA, preocupado com a sua utilização por entidades públicas, em particular quando esteja em causa a atribuição de prestações sociais, qualificou este uso com sendo de risco elevado, sujeitando-o ao cumprimento de apertadas obrigações. Contudo – e bem –, o Regulamento não quer ser um "obstáculo ao desenvolvimento e à utilização de abordagens inovadoras na administração pública, que tirariam partido de uma maior utilização de sistemas de IA conformes e seguros".

O futuro da prevenção e da fiscalização laboral e de segurança social será, em grande medida, algorítmico, feito através do reforço da partilha de informação dentro da administração pública e assente em soluções de IA.

TURISTA OCASIONAL

Dona Filipa Hotel, Vale do Lobo - Elevar o luxo ao próximo nível

O Hotel Dona Filipa, localizado à beira-mar em Vale do Lobo, é uma unidade cinco estrelas e pretende-se posicionar como o local ideal para férias de praia e de golfe, apostando na diferenciação e exclusividade.

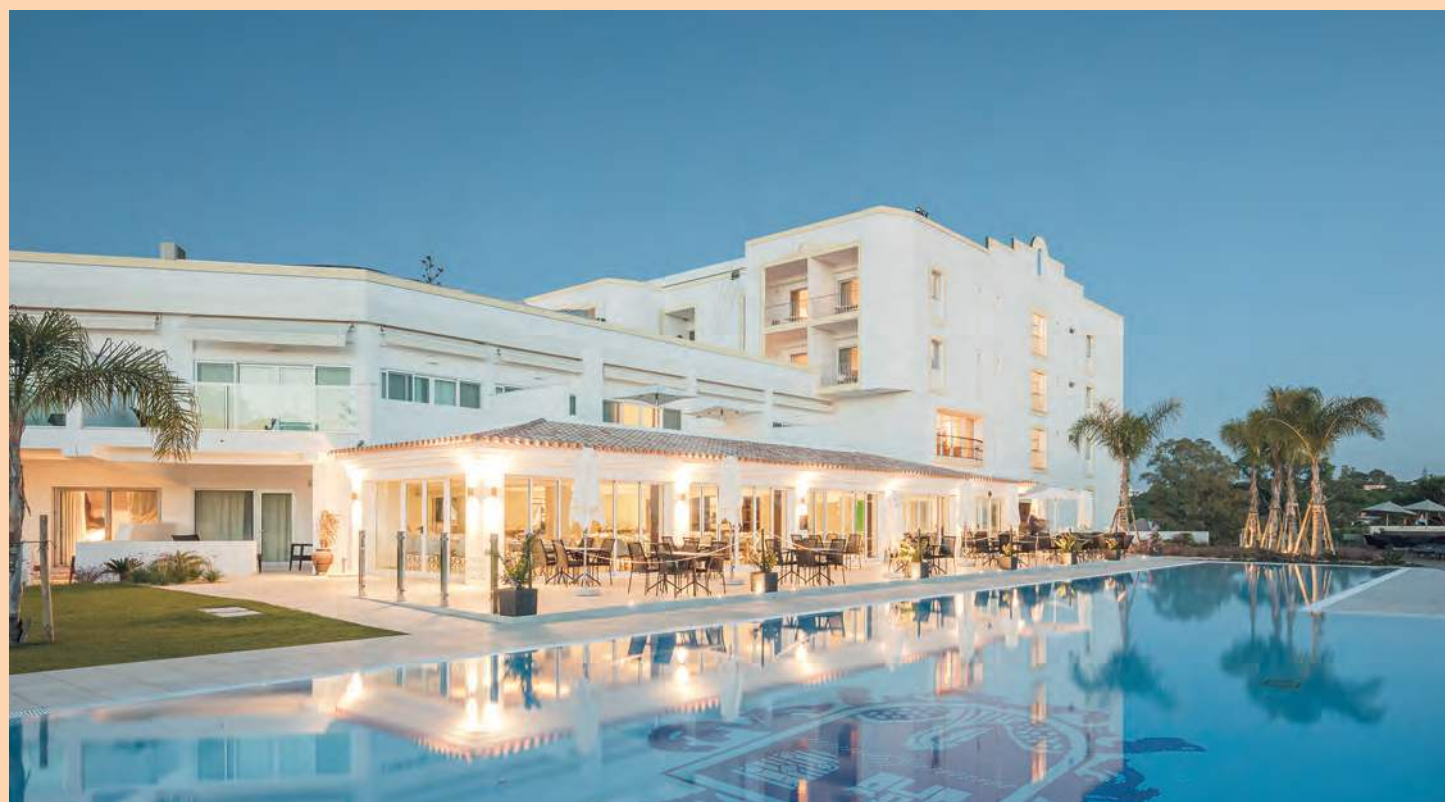
JORGE FARROMBA
jorgefarromba@gmail.com

O grupo JJW Hotels & Resorts onde se insere possui ampla oferta de hotéis, resorts, campos de golfe, spas e restaurantes de luxo por toda a Europa;, por isso, nada melhor do que replicar em todos, a "receita" de sucesso do grupo. Em Portugal, a JJW possui dois hotéis de cinco estrelas, cinco campos de golfe e um centro de excelência em golfe de renome mundial.

O Dona Filipa possui como primeira vantagem competitiva estar na primeira linha da praia de Vale do Lobo e possuir na sua carteira dois premiados campos de golfe - Pinheiros Altos e San Lorenzo, sendo que o primeiro possui 27 buracos e vários níveis de dificuldade, localizado no coração da reserva natural da Ria Formosa, e o segundo, com 18 buracos que segundo os rankings, tem sido consistentemente eleito um dos melhores da Europa nos últimos 30 anos.

Torna-se por isso uma unidade hoteleira que, não possui a sazonalidade de outras unidades, pois o seu publico, tanto incorpora o "turista tradicional" de sol e praia, mas também o turista do golfe – principalmente estrangeiro – que o utiliza todo o ano para desfrutar do espaço e jogar golfe, sendo que a unidade oferece pacotes tudo incluído.

A unidade com mais de 50 anos mas recentemente remodelada em 2019 possui 154 quartos e 17 suites, aposta numa combinação de design moderno com estilo clássico português e incorpora dois restaurantes, piscina exterior aquecida, clube infantil, três campos de ténis, sala de jogos e uma exclusiva área de praia privada.

Se esta unidade já trabalha dois públicos distintos e com propostas de valor diferenciadas, a mesma quis ousar e segmentar ainda mais a sua oferta para oferecer aos dois públicos que ali se hospedam – o turista de sol e mar, e o do golfe, dois níveis distintos de serviço; o "tradicional" de um 5 estrelas, com tudo o que a este segmento está associado, e um outro, mais exclusivo, que procura o 5 estrelas superior, naquilo que a marca denomina "Magesty Experience" – apelando ao nome da Rainha que dá nome ao Hotel - onde o hóspede pode optar por utilizar o transfer gratuito desde o Aeroporto de Faro ou outro qualquer local, utilizar uma viatura que lhe é disponibilizada pela unidade para se deslocar nas suas férias. A tudo isto soma-se neste exclusivo serviço de alojamento numa das várias suites de luxo da unidade com vista sobre o oceano e o campo de golfe.

Neste serviço a marca incluiu um pacote wellcome kit; zona reservada na piscina e na praia; massagens jantar personalizado, e adicionais como limousine, passeio de iate, passeios a cavalo ao longo da costa sempre acompanhados de perto por staff da unidade.

O Dona Filipa pretende com isto personalizar ao máximo a experiência do turista e torná-la única, garantindo assim uma experiencia única que, bem trabalhada, se torna o melhor cartão de visita da unidade, até mesmo no word-of-mouth do turista

Este posicionamento da marca inserida no triângulo dourado do Algarve - Vilamoura Quinta do Lago e Vale do Lobo – não é despropositado pois o Algarve, tal como o conhecemos, possui vasta oferta comercial para públicos distintos. Tanto possuímos uma oferta de turismo mais massificado, mas também temos numerosos exemplos de turismo de luxo que tentam competir com outras ofertas existentes noutros Países, onde possuímos relativamente aos outros um sem númeo de vantagens. Somos um País acolhedor, seguro, com um bom clima todo o ano, aceitamos todas as culturas e tradições. Juntamente com isso temos uma história que nos orgulha, uma gastronomia que nos distingue, uma qualificação dos nossos profissionais que se destaca e unidades como o Dona Filipa que trabalham o segmento premium, garantindo uma notoriedade dentro de fora do País para o triangulo que também é conhecido como as Beverly Hills do Algarve.

Vida Económica/Business School retoma ações de formação em setembro

“Introdução ao direito civil, laboral e penal e funções de assessoria jurídica” é o tema da formação online realizada pela Vida Económica / Business School. A acção decorre no próximo dia 24 de setembro e tem a duração de oito horas (das 9h00 às 18h00). O formador é João Vilas Boas Sousa.

Conhecer e aplicar os conceitos e princípios dos temas, Introdução ao Direito, Teoria Geral da Norma Jurídica; Relação Jurídica; Relações Laborais e Direito Penal é o objetivo deste curso. Os formandos poderão assim utilizar os conceitos apreendidos de uma forma construtiva e preventiva em situações reais do quotidiano profissional de acordo com a legislação entregue e abordada no curso.

Tal como explica João Vilas Boas Sousa, “as questões mais importantes a abordar na formação ‘Introdução ao direito civil, laboral e penal e funções de assessoria jurídica’ prendem-se com os seguintes temas: perfil do secretariado jurídico e apoio jurídico a empresas e escritórios ligados à área jurídica, a que acresce o conhecimento de noções básicas nas áreas do direito civil, laboral e penal.

Questionado sobre que tipo de dúvidas se colocam e quais são os erros mais frequentes das organizações em relação a esses aspetos, esclarece: “Os erros mais comuns têm que ver, por exemplo, com a ignorância do cumprimento dos requisitos jurídicos em diversas matérias nas áreas supramencionadas que pode gerar, eventualmente, processos de contraordenação desnecessários à empresa ou outros”.

Ao aumentar o conhecimento nestas vertentes as organizações podem esperar uma melhoria da sua produtividade. “Esta formação tem especial relevância no mundo empresarial, fruto da violação dos deveres civis, laborais e penais em certos casos e por isso esta formação tem como objectivo a actualização constante da respectiva legislação e coadjuvando todos os profissionais que se relacionam com a área jurídica, ou seja, ao promover a melhoria de algumas práticas existentes nas empresas, consequentemente a produtividade irá aumentar”, conclui João Vilas Boas Sousa.

Novas formações em setembro

A par desta formação, a VE/BS tem calendarizadas outras ações de formação para o mês de setembro.

João Vilas Boas Sousa é também formador nas seguintes ações: “O procedimento disciplinar” (dia 10), “Riscos psicossociais e o assédio no local de trabalho” (dia 10), “A responsabilidade pela violação de normas de segurança, higiene e saúde no trabalho” (dia 11) e “Direito do Trabalho na gestão empresarial com alterações da Lei nº 13/2023” (dia 18)

Aumento de conhecimentos reforça produtividade

Outras formações em setembro: “Call Center Contact” (formadora Joana Caseira Azevedo, dia 12); “Regimes Contributivos de Segurança Social: trabalho dependente e independente” (Helena Salazar, dia 12); “Simplex Urbanístico” (Manuel Henriques, advogado na Sérvulo e Associados, dia 18); Cobrança de Dívidas a Clientes”, “Finanças para Comerciais” e “Análise das demonstrações financeiras – aspetos essenciais (Agostinho Costa, dias 12, 20 e 23 respetivamente); “O essencial sobre o processamento salarial no setor privado” e “O impacto do RGPD nas relações laborais – Tratamento de dados pessoais em contexto laboral” (Filipa Matias Magalhães, dias 19 e 24).

VIAGENS NA MINHA TERRA

António de Souza-Cardoso

O que vou comer?

Tudo em Grande!

Temos uma afinidade demasiado grande com a Galiza para que a possamos ignorar. Em particular nos usos e costumes de um povo com uma génese comum à nossa. E, claro, uma gastronomia que nos convoca de muitas maneiras. O receituário galaico-duriense que inspirou a rica gastronomia do Norte de Portugal, encontra na Galiza representações de elevado valor. Outros dos pontos de encontro que motivaria um trabalho de cooperação mais convincente é a dieta Atlântica de que o Norte de Portugal e a Galiza são os principais embaixadores.

Pois para quem como eu veraneia nas esplêndidas praias da costa portuguesa a Norte de Viana – Carreço, Afife, Vila Praia de Ancora ou Moledo, não resiste a ir picar a um dos bons restaurantes da Galiza

Alguns, como este de que Vos falarei hoje, ali mesmo do outro lado do Rio Minho onde o Monte de Santa Tecla se avista e adorna no Mar na bonita La Guardia.

O restaurante fica numa Praia serena com um areal pequeno, mas aconchegante. Provavelmente por ser em La Guardia um dos únicos areais daquelas praias de aguas transparentes lhe chamaram Area Grande

Boa apresentação tirando partido de se tratar de um restaurante em cima do Mar. Uma esplanada para a frente e outra para trás e uma simpática e luminosa sala interior.

O restaurante estava pejado de portugueses e com marcações completas para a semana toda.

Fomos com dois queridos primos – a Maria da Graça e o José Milheiro da Costa. Foi o Zé que partilhou comigo o gosto pela festa da mesa que escolheu com zeloso critério um restaurante de que todos gostássemos

Mas passemos ao que interessa que é como nos sossegar a fome.

As entradas são compostas de muitas tapas. Escolhemos os chipirones, os canónicos pimentos padron e umas "zamburrinhas"que estavam de cair. Claro que também estava na carta tudo o resto que completa a gorda tradição tapeadora dos galegos.

Depois ficamos hesitantes pela variedade – dois arrozes: um do mar, outro de lavagante. Pedimos o de lavagante e fizemos bem. O arroz vinha numa "paelheira" – húmido, mas sem excessos de molho que normalmente mascaram uma calda previamente feita à base de tomate. O Lavagante vinha imperial, separado nas suas partes principais de sabor excelso a homenagear o melhor que há no mar.

Depois vieram uns fidéus, também com as coisas do mar – a raia, a ameijoa, o gambão e uns lagostins verdadeiramente deliciosos. Se a tradição da pasta é italiana a dos fidéus representa um enorme prato da tradição gastronómica dos "nuestros hermanos". E dos mais convincentes temos de dizer. A textura aveludada, o sabor intenso da massa, e o peixe o marisco sem saírem do ponto e a darem à massa o suco exuberante que ela convoca.

Claro que também fomos ao peixe e como o rodovalho já estava esgotado optamos por um parente deste, também de areia que é o Corucho. Vinha à "la plancha" com batata e legumes cozidos, como convém. Carne sumarenta e fibrosa que a cada garfada nos proporciona um mergulho intenso naquele mar das Rias Bajas.

Bebemos com aprumo um Santiago Ruiz branco de que falaremos noutra secção.

Serviço esplêndido, jovem, mas diligente o que nos parece fundamental num restaurante que está sempre repleto de gente.

Que bom que foi ir à Praia da Area Grande e a este grande porta-estandarte da comida Atlântica da Galiza.

Associação Portuguesa para a Promoção da Gastronomia e Vinho, Produtos Regionais e Biodiversidade

O que vou beber?

O Santiago Ruiz

A história desta Família é bonita de contar. Santiago Ruiz era um banqueiro com uma paixão antiga pela vinha e pelo vinho. E mal se reformou comprou uma vinha de grande qualidade na sub-região do Rosal. Manteve as vinhas velhas que ainda hoje dão um

carácter especial a este vinho e apostou na replantação de castas autóctones como o godelho, o alvarinho e o loureiro.

No ano da primeira vindima casava-se no Rosal sua filha Isabel. Que para que os convidados se não perdessem desenhou um mapa para que os convivas pudessem chegar a casa que serve de ancora a toda a actividade agrícola. Pois bem, foi esse mapa desenhado nos anos oitenta o que ainda hoje serve de rotulo ao branco de Santiago Ruiz. O vinho da casta alvarinho é límpido e intenso. E de uma frescura que o recomenda para estes dias de veraneio. Boca persistente mostrando a estrutura e complexidade invulgares. Quem também se apaixonou por ele foi a Sogrape que logo fez uma parceria com a Família Ruiz. Hoje é Rosa quem representa a Família daquele que é considerado na Galiza como o verdadeiro Pai do Alvarinho.

O que conhecer?

A Guarda

Desta vez não falamos do nosso bonito concelho da Guarda. Falamos antes da Guarda na Galiza que em castelhano pode ser lida como La Guardia.

É lá que fica a bonita praia da Areia Grande e o restaurante do mesmo nome. Mas se só justifica conhecer esta vila vale a pena que os portugueses conheçam a história que se entrecruza com a nossa. De facto, "la Guardia" fica do outro lado do Rio Minho e tem como principais atrações o seu belíssimo património de onde se destacam o Museu do Mar um exemplo de como os galegos sabem puxar pelos seus talentos e o Castelo de Santa Cruz – uma Fortaleza construída nas guerras da restauração.

Reza a História que os portugueses depois de D. João IV ter conseguido que Portugal se libertasse do domínio espanhol estiveram vários anos em Guerra com os nossos vizinhos. A paz viria a ser assinada apenas no reinado de Dom Pedro II que lhe valeu o cognome de "O Pacifico". Mas durante a refrega, em 1668, os portugueses conquistaram este Castelo que mais tarde viria a ser recuperado pelos Espanhóis.

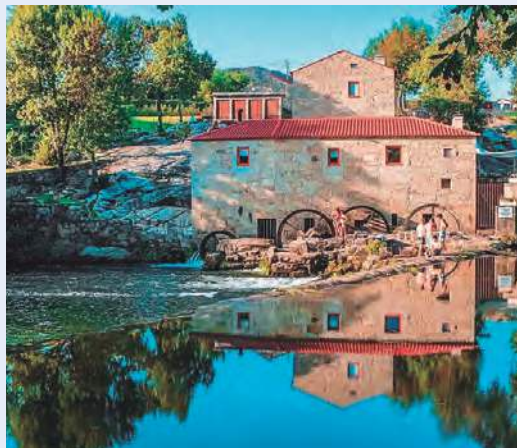
Já no século XX os Jesuítas montaram em "La Guardia" um colégio de referência na Europa e muitas famílias do Norte de Portugal mandavam para lá os seus filhos à procura de uma formação mais es-

merada. Como vêm esta Guarda do Rosal, na Província de Pontevedra, guarda uma história tamanha onde se cruza com Portugal e os portugueses.

Viagens a outras terras

Vilar de Mouros e a Bienal de Cerveira

Neste fim de semana Vilar de Mouros estará em festa com o mais antigo festival de música realizado em Portugal. Lembro com saudade as peregrinações que na minha adolescência fazíamos a Vilar de Mouros acampando nas bonitas matas do Camarido. O cartaz como verá é inspirador e se quiser comer bem, mesmo ali ao lado, depois da Ponte Medieval, ergue-se o Retiro da Ponte – um restaurante bonito e com propostas irresistíveis.

No dia seguinte, dê um salto à Bienal de Cerveira também uma das mais antigas manifestações culturais do Norte de Portugal. E aproveite para homenagear o seu fundador – o grande escultor José Rodrigues, autor do Cervo que ainda hoje protege, altaneiro, a Vila de Cerveira. Para comer experimento o Lima com uns excelentes rojões de Porco á moda do Minho.

Abertas as candidaturas ao Mar 2030

Estão disponíveis 11 novos avisos para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa Mar 2030, somando um total de 140 milhões de euros de apoio público. Estes avisos dirigem-se, entre outros, a operadores económicos dos setores da pesca, da aquicultura e transformação, à proteção e restauração da biodiversidade e ecossistemas marinhos e à execução da política marítima integrada.

Obramat chega a Lisboa

A Obramat, empresa retalhista de distribuição de materiais no mercado da construção, vai abrir o seu primeiro armazém português na área metropolitana de Lisboa, sendo que serão criados cerca de 123 postos de trabalho. Localizado no concelho de Oeiras, terá uma superfície construída de perto de 20 mil m2. A empresa já conta com 38 armazéns em Espanha.

PAULO ABRANTES, DIRETOR-GERAL DO DS, ADMITE

Grupo Decisões e Soluções quer partir para a internacionalização

O grupo garante trabalho e oportunidades profissionais a várias pessoas, refere Paulo Abrantes.

O grupo Decisões e Soluções tem como objetivos passar das 575 lojas atuais para 800 no final do próximo ano e de cinco mil para 12 mil colaboradores. Atingidas essas metas, o grupo pretende partir para a internacionalização, de acordo com Paulo Abrantes, diretor-geral do grupo. Tendo em conta a atual realidade da empresa, os objetivos são viáveis, até pela resposta que tem sido dada pelo mercado.

"O grupo DS conta já com 20 anos de existência e ao longo do seu percurso tem consolidado a sua presença no mercado nas áreas de intermediação de crédito, mediação de seguros, consultoria imobiliária, investimento imobiliário, setor automóvel, bem como na área das viagens e turismo. Atuamos em áreas de grande importância para a população e somos líderes de mercado nas áreas de intermediação de crédito, mediação de seguros e consultoria imobiliária", adianta Paulo Abrantes. Atualmente, o grupo conta com uma rede de 575 lojas e mais de cinco mil colaboradores distribuídos por 12 marcas, designadamente Decisões e Soluções, DS Seguros, DS Intermediários de Crédito, DS Private, DS Imobiliária, DS Auto, DS Rent a Car, DS Travel, DS Media, DS Merchandising, Academia de Formação do Grupo DS e DS Investimento.

Desde a sua criação, o grupo sempre teve dois grandes objetivos. Desde logo, "ter um serviço de aconselhamento com soluções 360º para ajudar os clientes e a população em geral a dispor das melhores soluções do mercado, de forma a que paguem menos pelo crédito, pelos seguros e tenham as melhores soluções no momento de comprarem ou venderem as suas casas ou as suas viaturas e tratarem das suas viagens", assegura o responsável do grupo. O segundo grande objetivo passa por dar trabalho e oportunidades profissionais a várias pessoas, bem como todo o apoio necessário para que sejam bem sucedidos na sua atividade profissional e ganhem de acordo com os seus desejos. "Para além dos serviços que prestamos e das oportunidades profissionais que damos, sempre nos preocupámos com aqueles que mais precisam e nesse sentido, no âmbito da responsabilidade social, temos apoiado várias associações e causas de relevo para uma maior inclusão social. Apoiámos durante vários anos a Fundação do Gil, a Corações com Coroa e, atualmente, somos mecenas da Associação Sara Carreira."

Crescimento continuado

A estratégia passa por continuar a crescer em número de lojas, colaboradores e clientes satisfeitos. Refere Paulo Abrantes a este propósito: "Temos a ambição de chegar às 800 lojas e 12 mil colaboradores até ao final do próximo ano, bem como aumentar o número de clientes satisfeitos com o nosso serviço de aconselhamento, que, atualmente, já ultrapassa os 600 mil a nível nacional." O facto do grupo DS funcionar de forma integrada tem grandes vantagens para clientes e colaboradores. "Ao nível de clientes tem a vantagem de terem um grupo com uma equipa constituída por excelentes profissionais a nível nacional, que lhes apresenta as melhores soluções do mercado em diversas áreas, como sejam a compra e venda da casa, a compra e venda do carro, o crédito e os seguros ao melhor preço e nas melhores condições de mercado, o mesmo acontecendo em relação às viagens que vão fazendo. Ao nível de colaboradores tem a vantagem de poderem criar o seu próprio negócio ou desenvolverem a sua atividade em diversas áreas e aumentarem dessa forma a sua rentabilidade", conclui Paulo Abrantes.

JOSÉ MARTINO
Consultor em Desenvolvimento Territorial

Fundação Casa de Mateus

A Fundação Casa de Mateus é uma instituição privada com funções de serviço público de alta qualidade, sediada em Mateus, Vila Real, que existe desde 1970, com o objetivo de gerir o espaço patrimonial do monumento nacional, o solar barroco construído em meados do séc. XVIII, a Casa de Mateus, a sua capela, a sua adega, os seus jardins históricos, bosque e a sua quinta, num total de 35 hectares, assim como, um extenso espólio constituído por arquivo, biblioteca e coleções museológicas e além disso, desenvolver um vasto conjunto de atividades culturais, artísticas, educativas, divulgação científica, ligadas à sustentabilidade é à reinvenção do futuro e do progresso, as quais, possam tornar a Região pioneira e uma referência resiliente, persistente, sistemática nestas temáticas.

A missão da Fundação é muito interessante para o território de baixa densidade onde está e onde se insere, pois, "passa pela interseção entre património histórico, natural, artes e inovação para promover a valorização dos instrumentos culturais e ação local na resolução de questões globais. A iniciativa inclui, a integração da ação cultural, paisagem e território, visando a sustentabilidade e envolvendo pessoas e comunidades na busca por novas formas de interação com os recursos naturais. Desta ação resultaram projetos e respetivos programas, centrados nestas temáticas".

Possui um património material e imaterial, único. Segundo o Relatório de Atividades do ano passado, "em 2023, as receitas provenientes da exploração turística do Monumento Nacional e do Parque permitiram garantir a realização das obras mais urgentes, manter as atividades de manutenção no Arquivo, Biblioteca e Museu, o estudo e disseminação do Arquivo e atividades culturais, educativas e ambientais", isto é, a Fundação tem o turismo cultural como pilar da sua sustentabilidade, o maior suporte financeiro cumprimento dos objetivos do legado e às suas atividades, lamentavelmente, em lugar dos apoios financeiros públicos específicos para a manutenção do património e para as atividades, deveria ser em igualdade de circunstâncias, tal como acontece nos equipamentos culturais situados nas regiões urbanas do Litoral de Portugal e nas suas grandes cidades.

Recomendo vivamente aos meus leitores que visitem a Casa de Mateus, o seu património construído, o seu património cultural e natural, as suas coleções, as suas árvores centenárias e participem nos seus eventos.

Na minha opinião, vale a pena conhecer "in loco" este património, porque vê-lo e vivê-lo é extraordinário, uma experiência única, uma espécie de viagem aos palácios e parques do que de melhor existe em França, Alemanha ou Áustria, completamente diferente de descrevê-lo, perceber que é sem dúvida, o melhor dos oásis cultural de Trás-os-Montes, Alto Tâmega e Alto Douro.

Por 20 euros por ano pode-se subscrever o cartão de amigo(a) da Casa de Mateus, uma maneira simples e acessível de poder ajudar a Fundação, ao mesmo tempo, ter uma relação regular com o seu património, Casa, jardins, e à sua programação cultural, eventos diversificados e alguns exclusivos.

A Fundação possui ou desenvolve projetos pioneiros, inovadores, desafiantes, futuristas, como sejam, Escola das Transições para abordagem da transição ambiental, digital e energética, encontrando propostas para uma transição justa, Ação Educativa para escolas, "Eco-Mateus", ação com base na cultura-criatividade-inovação, a Mini-Escola de Inovação é coordenada por Alfons Cornella, especialista em inovação e pensamento prospectivo, fundador do Institute of Next, de Barcelona, programa Mateus Labs | Transições, procurando estabelecer bases concretas de trabalho multidisciplinar, lançar as sementes do Agro-Bio-FabLab, Museu na Vinha, Arte na Paisagem, Eventos de Música, Literatura, Artes Visuais, etc.

eDreams ODIGEO reforça CA

A eDreams ODIGEO anunciou que o seu Conselho de Administração propôs a nomeação de Laurence Berman como nova Independent Director (Diretora Independente). A sua nomeação está sujeita à aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Anual, agendada para 27 de setembro de 2024

PTC Group prevê crescimento de 34%

A PTC Group, empresa portuguesa que desenvolve soluções de serviços ágeis, engenharia e gestão de talentos, registou um volume de negócios global de 26 milhões de euros durante o ano fiscal de 2023, e prevê um aumento de 34% para 2024. Nos últimos anos, a multinacional tem apresentado crescimentos sustentáveis acima dos dois dígitos, expandido a sua atividade para vários países.

NUNO SOUSA, PRESIDENTE DA AICIB, CONSIDERA

Investigação clínica e inovação biomédica podem valer 250 milhões de euros

Nuno Sousa, o presidente da direção da AICIB quer dar um novo impulso ao ecossistema português de inovação em biomedicina e saúde, afirmou à "Vida Económica", à margem da conferência "Innovation Day", promovida pela fundação "la Caixa".
Esta atividade vale mil milhões de euros em Espanha. O objetivo para Portugal é que atinja os 250 milhões de euros.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica - Nas questões relacionadas com patentes, Portugal apresenta um défice nos estudos clínicos com destaque para os ensaios clínicos. De que forma a AICIB pretende ajudar a desenvolver?

NS - Vamos fazê-lo através de três pilares. Temos de começar por capacitar as pessoas e que são o elemento chave para qualquer ecossistema. Esta capacitação faz-se através de formação em competências específicas e da criação de ambientes que propiciem o envolvimento das pessoas em tarefas mais relacionadas com a investigação clínica e inovação biomédica.

No mesmo domínio estamos a federar programas formativos em que trazemos o know-how de muitos para criarmos massa crítica, por um lado, e, por outro, para fazermos ações que são mais eficazes e mais eficientes.

Um segundo pilar é o da internacionalização. Passa por criar mecanismos para mostrar fora de Portugal, mas obviamente também dentro de Portugal, a nossa capacidade. A Agência está muito empenhada em participar, em liderar alguns projetos, alguns de dimensão europeia como por exemplo a criação dos hubs nacionais relacionados com associações que lideramos do ponto de vista europeu. A última dimensão é da organização, com a criação de mecanismos que reforcem a infraestrutura, sobretudo do ponto de vista operacional.

VE - Com que orçamento trabalham?

NS - O orçamento anual é de um milhão de euros. Para atrairmos financiamento e entidades privadas temos que tornar as ações atrativas para os investidores privados. Uma das nossas ações é criar um conceito de porta de entrada única para este tipo de estudos que entram pela APICIB e esta faz a gestão por todos os centros que voluntariamente queiram estar associados a esta plataforma. Com respostas mais eficientes e eficazes iremos não só aumentar o número de estudos clínicos mas também aumentar a sua complexidade e o número de docentes recrutados.

Os desafios estratégicos passam por federar o sistema, capacitá-lo mais, aumentar a massa crítica, considera Nuno Sousa.

Para esse investimento temos de ser competitivos. Enquanto presidente tenho a missão de tornar a Agência sustentável e competitiva. A velocidade a que algumas destas ações – que nos propomos fazer – deveriam ser executadas seria maior se tivéssemos mais financiamento. Claro que iremos fazer o melhor possível, mas teremos sempre mais limitações no lançamento de programas formativos mais complexos e de projetos específicos.

Federar o sistema para ganhar massa crítica

VE - Quais os grandes desafios estratégicos?

NS - Os desafios estratégicos passam por federar o sistema, capacitá-lo mais, aumentar a massa crítica. Temos um sistema muito atomizado, com o centro A, B, C, ..., com uma lógica de competitividade de entre estes centros que é muito local e que prejudica o desenvolvimento das nossas ações como um todo. Os promotores contactavam o centro para saberem qual a percentagem de conversão desses contactos em projetos efetivos e rondava cerca de 50%. E o principal motivo para não termos mais do que 50% prendia-se com o facto de o país não ser selecionado pelos promotores internacionais porque não lhes interessava abrir um ensaio em Portugal quando só tinham um ou dois centros a recrutar. O que a AICIB está a tentar promover é esta federação para olharmos para o país como um todo e para promovermos redes colaborativas para darmos resposta e tornarmo-nos tão eficientes como os melhores do mundo.

Aliás, está demonstrado que as instituições prestadoras de cuidados de saúde que estão muito envolvidas em atividades de investigação clínica e de inovação prestam melhores cuidados de saúde e depois temos o impacto económico. Esta é uma atividade que no país vizinho representa mais de mil milhões de euros anuais e nós temos a obrigação de fazer crescer para uma quota de mercado que se compare com o que se passa em Espanha.

VE - Quanto vale a atividade em Portugal?

NS - Não tenho esse valor mas tenho por objetivo chegar aos 250 milhões de euros num período razoável. Isto é um exemplo inspirador para nós e muitas destas ações replicam ações que foram feitas no país vizinho porque, há cerca de 15 anos, Espanha tinha uma situação idêntica à de Portugal, e hoje está seguramente no top 3 mundial neste domínio específico da investigação clínica. E isto deveu-se a políticas que promoveram a federação de interesses dentro do ecossistema espanhol, e esta é visão e a política estratégica que agora vai ser seguida pela AICIB.

Mercado da investigação vale mil milhões em Espanha milhões de euros

VE - Quais são as áreas fortes na investigação clínica em Portugal?

NS - Portugal tem ainda um desempenho menos forte e esse atraso reflete-se sobretudo nos estudos de iniciativa do investigador e faz com que tenhamos alguma dificuldade de definição das áreas fortes. No domínio da iniciativa do investigador, as nossas áreas mais fortes estão muito ligadas com à biomedicina fundamental e da translação que existem Portugal e essas estão nos centros de investigação que promovem esse tipo de investigação e são da oncologia, das neurociências, da imunologia, em alguns domínios nas áreas da farmacologia. Nos Dispositivos Médicos temos um conjunto de competências interessantíssimas, nomeadamente no domínio do digital.

VE - Por que é que o regime financeiro do SNS não contempla a investigação?

NS - Não se trata de não completar, o que acontece é que não há uma definição clara sobre os indicadores, sobre as metas e sobre o "remboursement" associado a recompensa e associado ao cumprimento desses elementos. Este alinhamento é fundamental.

Cooperação lusófona

Existem iniciativas europeias para fomentar e promover a investigação clínica no continente africano. Refere Nuno Sousa que o desempenho nacional associado em particular aos Palop ficou aquém do que seria esperado ao longo de vários anos. "Vamos no 3º Quadro Programático dessa iniciativa europeia e solicitámos à liderança do Programa Europeu que nos fosse permitido um investimento para promovermos estas ações, quer em Portugal quer nos Palop. E foi-nos atribuído algum financiamento e criámos a Plataforma Lusófona para a Investigação Clínica e Inovação Biomédica". Moçambique tem vários projetos, assim como a Guiné-Bissau.

Lusíadas Saúde está a contratar

A Lusíadas Saúde está a contratar vários perfis de profissionais de saúde para o Hospital Lusíadas Paços de Ferreira, uma nova unidade do Grupo com abertura prevista ainda em 2024. As vagas dizem respeito a técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, enfermeiros; auxiliares de ação médica de consulta externa; assistentes de dentária e administrativos de "frontoffice" e "backoffice".

Solverde abre concurso para novos talentos

A Solverde lançou o concurso "Solverde Comedy Challenge", um desafio destinado a descobrir novos talentos na área de stand-up comedy. Este evento terá lugar no Casino Espinho. Esta iniciativa representa uma oportunidade única para aspirantes a comediantes demonstrarem o seu talento e ganharem visibilidade no mundo do humor nacional.

CERTIF conquista novos clientes em Angola e Chipre

A CERTIF – Associação para a Certificação, líder de mercado na certificação de produtos e serviços, registou no primeiro semestre um crescimento homólogo de 12% na sua faturação, executando com inteiro sucesso toda a atividade planeada para este período, quer no encerramento do acompanhamento dos processos de certificação, quer na realização das auditorias e recolhas de amostras programadas.

A área da certificação de produtos, corebusiness da CERTIF, representa mais de 70% da faturação, com relevo para os setores da construção e elétrico. A marcação CE para os produtos de construção e o vasto âmbito de normas em que a CERTIF está qualificada tem permitido, para além da resposta às necessidades das empresas nacionais, o acesso a novos clientes no estrangeiro, o que aconteceu, neste semestre, com empresas cipriotas. Na certificação de produtos, a referir novo cliente em Angola para a marca CERTIF.

No setor elétrico manteve-se o apoio a empresas exportadoras, com a emissão de certificados para o acesso às marcas europeias ENEC e HAR, bem como a procura pelos certificados CB-Scheme que permitem o reconhecimento dos ensaios a nível internacional, nos países signatários dos acordos de reconhecimento.

Construção e Elétrico lideram certificações

Sendo a reciclagem uma das prioridades de atuação, foi criada uma Comissão Técnica com a APA e a APIP para a definição de um esquema de certificação da percentagem de plásticos reciclados a disponibilizar ao mercado.

Certificação de serviços

Com 22 certificados válidos no âmbito do sistema FER – Fim do Estatuto do Resíduo é na certificação do serviço das empresas que trabalham no sistema AVAC com gases fluorados com efeito de estufa que se situa a grande referência com mais de 2000 clientes e com cerca de 8% do mercado.

Certificação de sistemas

Trata-se de uma atividade complementar com interesse para clientes com certificação conjunta com produtos ou serviços e com os correspondentes ganhos financeiros, o que justifica os 160 certificados emitidos.

DAP – Declarações ambientais do produto

Foram publicadas 5 novas DAP, estando em vigor no final do semestre 39 DAP. Deram entrada 7 novos processos. Sendo a CERTIF o único organismo reconhecido no âmbito do Sistema DAP – HABITAT.

Com clientes em 25 países e com uma faturação no estrangeiro superior a 40% a CERTIF continuou a contribuir para a exportação de produtos.

FISCALIDADE

IVA da luz desce a partir de janeiro

A partir do próximo dia 1 de janeiro, as famílias com uma potência contratada até 6,49 kVA poderão consumir até 200 kWh por mês, o que representa o dobro da quantidade atual, com uma taxa de IVA de 6%. Tratando-se de famílias numerosas, o valor sobe para 300 kWh. Toda a eletricidade que exceda estes limites terá uma taxa de IVA de 23%. O Governo teve de alterar, mais uma vez, o Código do IVA para adequar esta nova situação.

Reembolso de PPR sem penalizações - Entregas abrangidas

O valor aplicado em planos poupança-reforma (PPR), planos poupança-educação (PPE) e planos poupança reforma/educação (PPR/E) pode ser reembolsado, para qualquer finalidade, até 31 de dezembro de 2024, com o limite mensal do Indexante dos Apoios Sociais (€509,26), sem penalização em sede de IRS e sem obrigatoriedade do decurso dos 5 anos posteriores à respetiva entrega.

Por seu lado, é permitido, durante o ano corrente, o reembolso parcial ou total do valor dos planos-poupança anteriormente referidos para pagamento de prestações de contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do participante, bem como prestações do crédito à construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente, e entregas a cooperativas de habitação destinadas a habitação própria permanente, sendo dispensadas da obrigação de permanência mínima de 5 anos para mobilização sem a penalização prevista no nº 4 do art. 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Refira-se que, de acordo com esta disposição, tal penalização consiste no entrega das importâncias anteriormente deduzidas, majoradas em 10 %, por cada ano ou fração, decorrido desde aquele em que foi exercido o direito à dedução.

A lei permite ainda o resgate parcial ou total do valor dos planos-poupança para efeitos de reembolso antecipado dos contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do participante, bem como prestações do crédito à construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente até ao limite anual de 24 IAS (€12 222,24).

Importa ter presente que o Ofício-Circulado nº 20267, de 2024-03-01, da área de Impostos sobre o Rendimento da AT, veio esclarecer que:

- O valor de planos poupança-reforma (PPR), de planos poupança-educação (PPE) e de planos poupança reforma/educação (PPR/E) pode ser reembolsado relativamente a entregas efetuadas até 30 de setembro de 2022;
- O reembolso parcial ou total do valor dos citados planos-poupança para pagamento de prestações de contratos de crédito sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente apenas pode verificar-se quanto a entregas realizadas até 31 de dezembro de 2022;
- O resgate do valor dos planos-poupança, para efeitos de reembolso antecipado dos contratos de crédito à habitação própria e permanente, apenas abrange as entregas efetuadas até 27 de junho de 2023.

Reembolso do valor dos planos de poupança

De acordo com o Decreto-Lei nº 158/2002, de 2.7, a regra geral é que o valor aplicado em PPR pode ser reembolsado, sem penalização, designadamente, nas seguintes situações:

- reforma por velhice do participante;
- a partir dos 60 anos de idade do participante;
- utilização para pagamento de prestações de contratos de crédito sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do participante;
- desemprego de longa duração do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
- incapacidade permanente para o trabalho do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar, qualquer que seja a sua causa;
- doença grave do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar.

Convém notar que o reembolso nas primeiras três situações enumeradas depende da existência de um período mínimo de cinco anos após cada entrega.

CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Trabalho remoto é tributado no local onde é prestado

A Autoridade Tributária foi recentemente chamada a pronunciar-se, através do pedido de informação vinculativa, por um sujeito passivo que pretende ser esclarecido sobre a sua situação tributária.

Tendo celebrado um contrato de trabalho sem termo (trabalho dependente) com uma empresa espanhola sediada em Madrid, com início de funções previsto para o próximo dia 1 de outubro, sendo que prestará o trabalho em ambiente remoto a partir do seu domicílio, em Portugal, tendo entregue à sua entidade patronal o certificado de residência fiscal de 2023. Pretende saber se a sua entidade patronal deve reter na fonte o imposto sobre o salário, se está sujeito a imposto sobre o rendimento em Espanha ou em Portugal, e quais são as suas obrigações fiscais em Espanha e em Portugal.

O artigo 15º da Convenção para Evitar a Dupla Tributação entre Portugal e Espanha, preceito que regula a tributação de rendimentos de trabalho dependente, estipula o seguinte:

Os rendimentos de trabalho dependente (salários, ordenados e remunerações similares) de um residente de um Estado Contratante (neste caso, Portugal) são tributados apenas nesse Estado, exceto se o trabalho for exercido no outro Estado Contratante (Espanha), onde os rendimentos podem ser tributados.

No caso em apreço, o contribuinte celebrou um contrato de trabalho com uma empresa espanhola, mas prestará o serviço remotamente a partir de Portugal. Assim, pretende saber se a empresa espanhola deve reter imposto na fonte sobre o seu salário e se ele está sujeito a imposto sobre o rendimento em Espanha ou em Portugal.

País competente para tributar

De acordo com o nº1 do artigo 15º da CDT Portugal/Espanha, se o trabalho é prestado remotamente a partir de Portugal, os rendimentos devem ser tributados exclusivamente em Portugal. A exceção aplica-se apenas se o trabalho for fisicamente exercido em Espanha.

Tributação exclusiva de Portugal

Uma vez que o trabalho é realizado remotamente a partir de Portugal, a tributação deve ocorrer exclusivamente em Portugal. Assim, a empresa espanhola não deve reter imposto na fonte sobre o salário do sujeito passivo, uma vez que ele é residente fiscal em Portugal e presta o serviço a partir de Portugal.

Obrigações fiscais do requerente

O sujeito passivo deve declarar todos os rendimentos em Portugal, incluindo os obtidos na empresa espanhola. Todavia, para evitar a dupla tributação, deve preencher a declaração Modelo 3 e integrar o Anexo J, onde irá declarar o rendimento obtido em Espanha e qualquer imposto pago lá, se aplicável.

O rendimento de trabalho dependente exercido remotamente a partir de Portugal por um residente português, mesmo que pago por uma empresa espanhola, deve ser tributado exclusivamente em Portugal. O requerente deve declarar esses rendimentos em Portugal e utilizar o Anexo J para reportar e evitar a dupla tributação caso algum imposto tenha sido pago em Espanha.

Este entendimento se baseia na aplicação do artigo 15º da Convenção Portugal/Espanha para Evitar a Dupla Tributação e nos comentários da Convenção Modelo da OCDE.

AGENDA FISCAL

AGOSTO

Até ao dia 31
(Art.º 57.º - A da LGT)

• IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
- *Declaração Mensal de Remunerações* - Entrega pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, para comunicação daqueles rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

• IRS – IRC
- Entrega das importâncias retidas, no mês anterior.
- *Declaração Modelo 30* – Envio, pelas entidades devedoras ou pagadoras de rendimentos a sujeitos não residentes em território Português, no mês de junho

• IVA - Imposto sobre o valor acrescentado
- *Periodicidade Mensal*- Envio das Declarações Periódicas, por transmissão eletrónica de dados, acompanhadas dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativas às operações efetuadas em junho e julho (até ao dia 20 de setembro).
- *Periodicidade trimestral* - Entrega da Declaração Periódica pelos contribuintes do regime normal trimestral, relativa às operações efetuadas no 2º trimestre pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade trimestral do regime normal (até ao dia 20 de setembro).
- *Pequenos Retalhistas* - Entrega da Guia Modelo P2 ou da Declaração Modelo 1074, pelos retalhistas, consoante haja ou não imposto a pagar, relativa ao 2.º trimestre e pagamento do imposto apurado.
- *Declaração recapitulativa* – Entrega pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados Membros, no mês anterior, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso excedido o montante de € 50.000.

• IVA – IRS - IRC
- *Comunicação das faturas* - Comunicação dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

• IRS – IMT - SELO
- *Declaração Modelo 11* - Entrega pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial, das relações dos atos praticados no mês anterior, suscetíveis de produzir rendimentos.

• IRS - IRC
Entrega das importâncias retidas no mês anterior

• IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
-Pagamento da 2.ª prestação do IMI, referente ao ano anterior, quando o seu montante seja superior a € 500,00.

• IUC - Imposto Único de Circulação
Liquidação e pagamento do IUC relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês.

• Imposto de Selo
- Entrega do imposto retido no mês anterior.

FISCALIDADE

AT tem nova funcionalidade para o justo impedimento

O Portal das Finanças conta com uma nova funcionalidade denominada por "Comunicações de contabilistas certificados". Com esta nova funcionalidade, a AT tem toda a informação necessária para evitar a instauração de processos de contraordenção quando exista comunicação da ocorrência de justo impedimento por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Receita do IMI desce para 1,562 mil milhões

A receita do IMI ascendeu a 1,562 mil milhões de euros, no ano passado, , o que se traduziu numa descida de 0.27% face ao exercício anterior, de acordo com o Portal das Finanças. A maior parte da liquidação respeitou aos prédios urbanos, sendo que a quebra foi também de 0,27%. Os rústicos foram responsáveis por uma arrecadação de 8,35 milhões de euros.

BERNARDO CORREIA
consultor da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC)
comunicacao@occ.pt

Isenção do IMT e do IS na aquisição de imóveis por jovens até 35 anos

Desde o Conselho de Ministros de 23 de maio de 2024, data em que foram anunciadas várias medidas no âmbito do pacote "Tens Futuro Em Portugal", e da publicação da lei que autorizava o Governo a criar tais medidas, que os sujeitos passivos aguardavam, expectantes, pela publicação do respetivo diploma em "Diário da República" que vertesse na lei essas medidas, nomeadamente a criação de uma isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e de Imposto do Selo (IS) aplicável à compra da primeira habitação própria e permanente (HPP) por jovens até aos 35 anos, o que levou, por exemplo, ao adiamento de inúmeras escrituras (verificando-se, inclusivamente, em certos casos, o risco de perda do sinal pago).

Dois meses volvidos desde o anúncio desta medida, foi, finalmente, no passado dia 25 de julho de 2024, publicado o Decreto-Lei n.º 48-A/2024, que alterou o Código do IMT (CIMT) e o Código do IS (CIS), transpondo, para o normativo interno, as referidas isenções divulgadas pelo Governo, que já produziram efeitos no passado dia 1 de agosto, abrangendo apenas factos tributários ocorridos a partir dessa data, servindo o presente artigo, deste modo, para clarificar alguns aspetos a ter em conta pelos sujeitos passivos que pretendam beneficiar destas isenções.

IMT

Começando pelo IMT, foi, então, criada uma isenção objetiva aplicável à primeira aquisição (e não construção ou aquisição de terreno para construção) de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a HPP, que apenas poderá ser aplicada se:

1) O valor que serviria de base à liquidação do IMT não exceda 316.772,00 euros;

2) O adquirente tenha idade igual ou inferior a 35 anos à data da transmissão; e

3) O adquirente não seja, no ano da transmissão, considerado como dependente em qualquer agregado familiar para efeitos de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), devendo este facto ser averiguado a 31 de dezembro, data a que se reporta a verificação da composição do agregado familiar.

Sem prejuízo do referido no parágrafo anterior e ainda que se encontrem reunidas estas três condições, não poderão beneficiar desta isenção as aquisições de imóveis se os sujeitos passivos forem (à data da transmissão) ou tiverem sido (em qualquer momento dos três anos anteriores) titulares de direito de propriedade, ou de figura parcelar desse direito, sobre prédio urbano habitacional. Encontram-se, por isso, excluídos desta limitação os direitos reais sobre prédios urbanos não habitacionais e imóveis/prédios rústicos.

Assim, e a título exemplificativo, se determinado jovem decidir adquirir, onerosamente, pela primeira vez, uma HPP, mas em qualquer momento dos três anos anteriores tiver sido detentor de quaisquer direitos reais sobre prédios urbanos habitacionais (por exemplo, usufruto ou nua-propriedade de um imóvel habitacional, adquiridos por doação de algum ascendente), essa aquisição não poderá beneficiar da isenção em análise.

Mas se o jovem for proprietário, por exemplo, de um terreno rústico, esse facto não impede que beneficie da isenção na aquisição de prédio urbano habitacional.

Salienta-se que, como esta isenção apenas poderá ser aplicada a imóveis que sejam afetos à HPP dos seus adquirentes, os imóveis adquiridos por não residentes que não pretendam alterar a sua residência para Portugal ficam, desde logo, excluídos desta disposição.

Relembramos ainda que, hoje em dia, os notários e outras entidades que titulem ou autentiquem as transmissões de imóveis, havendo lugar a isenção de IMT, apenas poderão lavrar as escrituras/documentos particulares autenticados se os sujeitos passivos apresentarem um documento comprovativo de tal isenção, pelo que será necessário que, previamente, os sujeitos passivos comuniquem a Modelo 1 do IMT, de modo a permitir que os notários e outras entidades façam tal menção no documento de suporte à transmissão.

Deste modo, se estivermos perante imóveis adquiridos por sujeitos passivos solteiros ou unidos de facto, aquando do preenchimento do Quadro 5 ("facto tributário") da Modelo 1 do IMT e desde que não seja aplicável nenhum dos outros códigos, deverá ser utilizado o código: IMT – "140 – IMT JOVEM – Exclusivamente para HPP".

Alertamos ainda para o facto de que, nesta primeira situação, para além do código 140 (que será o código mais comum), existe ainda o código 141 – "IMT JOVEM – Parte indivisa de bem exclusivamente para HPP" e o código 142 – "IMT JOVEM – Exclusivamente para HPP nas Regiões Autónomas", sendo, por isso, necessário averiguar, casuisticamente, qual o código apropriado em função do direito que está a ser adquirido.

Caso esteja em causa a aquisição de imóveis que venham a constituir bem comum de um casal (situação que apenas se verifica para sujeitos passivos casados), as condições referidas anteriormente deverão ser verificadas individualmente em relação a cada cônjuge, em partes iguais, tendo cada sujeito passivo de entregar uma Modelo 1 do IMT de forma a comprovar que as condições referidas anteriormente se encontram cumpridas relativamente a cada um dos sujeitos passivos..

Nesta segunda situação, os códigos a utilizar, por cada um dos sujeitos passivos, já serão: IMT – "143 – IMT JOVEM – Parte indivisa de bem exclusivamente para HPP em co-propriedade no mesmo acto".

Damos nota de que a funcionalidade de enviar a Modelo 1 com a possibilidade de serem invocados os códigos de benefícios de isenção para esse efeito e a respetiva liquidação de IMT e IS (que iremos analisar de seguida) já se encontra disponível desde 1 de agosto (como referido anteriormente, data de produção de efeitos desta isenção), tendo a Autoridade Tributária (AT) criado, inclusive, na área de "apoio ao contribuinte" no Portal das Finanças, um separador denominado "IMT Jovem", com instruções de preenchimento desta Modelo 1 (quer para jovens solteiros, quer para jovens casados).

Ainda sobre esta isenção de IMT, foram criadas normas antiabuso que, se não forem respeitadas, levarão à caducidade desta isenção, nomeadamente.

1) Se for dado destino diferente ao imóvel (ou seja, que não HPP) no prazo de seis anos a contar da data de aquisição, exceto se.

1.1) O imóvel for alienado.

1.2) Ocorrer uma alteração à composição do respetivo agregado familiar, por motivo de casamento ou união de facto, dissolução do casamento ou união de facto ou aumento do número de dependentes, desde que o prédio se mantenha destinado exclusivamente a habitação.

1.3) Ocorrer uma alteração do local de trabalho para uma distância superior a 100 quilómetros do imóvel e, como consequência, o sujeito passivo se veja obrigado a alterar a sua residência fiscal, desde que o prédio se mantenha destinado exclusivamente a habitação.

2) Quando os imóveis não forem afetos à HPP dos adquirentes no prazo de seis meses a contar da data da aquisição (esta norma já se encontrava no CIMT); .

3) Se, no prazo de seis anos a contar da data de aquisição, os adquirentes voltarem a ser considerados dependentes em qualquer agregado familiar.

Imposto do Selo

Em termos de IS, a "isenção" operará através de uma dedução à coleta apurada resultante da aplicação da verba 1.1 da Tabela Geral do IS (TGIS), que, relembramos, refere que estão sujeitas a IS, à taxa de 0,8%, a aquisição onerosa (ou por doação) de direitos de propriedade ou de figuras parcelares desse direito sobre imóveis. Contudo, esta dedução à coleta terá como limite máximo o valor resultante da aplicação da referida verba ao valor de 316.772,00 euros (ou seja, 2.534,18 euros).

De modo a materializar esta "isenção", aquando do preenchimento do Quadro 5 da Modelo 1 do IMT, no espaço "Verba 1.1", deverão os sujeitos passivos colocar o código 138 – "IS Jovem – Exclusivamente para HPP" (que, atualmente, é o único código existente).

Note-se que, à semelhança do que ocorre com o IMT e embora a verba 1.1 da TGIS também seja, como referido, aplicável a aquisições de imóveis por doação, esta "isenção" de IS apenas poderá ser aplicável à aquisição onerosa de imóveis.

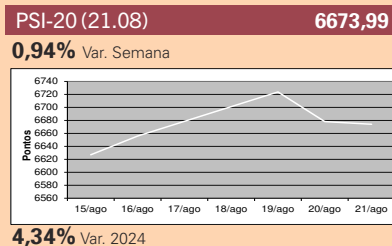
Esta "isenção" de IS também se encontra sujeita às normas antiabuso referidas anteriormente para efeitos de IMT, pelo que, a verificar-se a caducidade da isenção para efeitos de IMT, tal implicará, igualmente, a caducidade da "isenção" em termos de IS..

Como nota final, realçamos a publicação, no passado dia 31 de julho, de um diploma que, de forma a complementar as isenções abordadas neste artigo, criou uma isenção dos emolumentos devidos pelo registo da primeira aquisição de imóvel destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, a favor de sujeitos que tenham idade igual ou inferior a 35 anos, e pelo registo da hipoteca que se destine a garantir o mútuo concedido para aquela aquisição, bem como uma redução dos emolumentos devidos pelo procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóveis, através da alteração ao Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado.

MERCADOS

PSI-20 (21.08) 6673,99

0,94% Var. Semana

4,34% Var. 2024

Índice	Valor
Dow Jones 21/ago	**40779,11**
Var Sem	1,94%
Var 2024	8,21%
Nasdaq 21/ago	**17818,86**
Var Sem	3,70%
Var 2024	18,77%
IBEX 35 21/ago	**11114,90**
Var Sem	3,37%
Var 2024	10,03%
DAX 21/ago	**18448,95**
Var Sem	3,15%
Var 2024	10,13%
CAC40 21/ago	**7524,72**
Var Sem	2,61%
Var 2024	-0,24%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

CLÁUDIO PESTANA, GESTOR DE PROJETOS DO EGAMES LAB, ACREDITA

Mercado dos videojogos vai atingir receita bruta de 100 milhões

"A indústria dos videojogos está em pleno crescimento em Portugal, consolidando-se como um dos setores mais dinâmicos e promissores da economia nacional" – referiu em entrevista à "Vida Económica" Cláudio Pestana. O gestor de projetos do eGames Lab acredita que muito em breve o mercado possa atingir uma receita bruta de mais de 100 milhões de euros. Além do mais, esta é uma indústria que emprega diretamente milhares de pessoas, com trendência para aumentar. O eGames Lab posiciona-se como uma entidade facilitadora do negócio.

O eGamesLab é apoiado pelos fundos do PRR, o que permite alavancar e desenvolver a economia do país também no setor dos videojogos, de acordo com Cláudio Pestana.

Vida Económica – Em que consiste o eGamesLab?

Cláudio Pestana - O eGamesLab é um centro de investigação e desenvolvimento dedicado ao estudo e à inovação no campo dos videojogos. Fundado com o objetivo de explorar as múltiplas dimensões dos videojogos e toda a sua envolvência, o eGamesLab foca-se em áreas como o design de jogos, a gamificação, a inteligência artificial aplicada aos jogos, e a análise do impacto social e psicológico dos videojogos. A missão é não só criar jogos de alta qualidade, mas também utilizar as tecnologias de jogos para resolver problemas do mundo real, melhorar a educação, promover a saúde mental e enriquecer a cultura digital, bem como consciencializar os cidadãos para o impacto dos cuidados com o ambiente por via de jogos, como é o caso do recentemente lançado Waste-Rush. O eGamesLab atua como um hub interdisciplinar, colaborando com instituições académicas, empresas de tecnologia, e organizações culturais para fomentar um ambiente de inovação e troca de conhecimentos. O eGamesLab é apoiado pelos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o que nos permite alavancar e desenvolver a economia do país também no setor dos videojogos. Setor este que tem gerado múltiplos milhares de milhões de euros, a título de exemplo, a indústria global dos videojogos gerou receitas de aproximadamente 200 mil milhões de euros, só no ano de 2023. Esta soma é muito superior às receitas geradas pelas indústrias do cinema e música combinada e Portugal está agora a olhar para a indústria dos videojogos com um olhar cirúrgico e estratégico.

VE – Como é gerido o negócio?

CP - A gestão do eGamesLab é complexa e estratégica, baseada na colaboração e no compromisso com a inovação e o desenvolvimento económico. O eGamesLab é um consórcio composto por 22 entidades, que incluem tanto instituições públicas como privadas. Entre as entidades públicas, destacam-se institutos de investigação e entidades governamentais. Já as entidades privadas incluem empresas de tecnologia, desenvolvedores de jogos e start-ups. Este consórcio é apoiado pelos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o que proporciona os recursos necessários para a nossa missão. O financiamento do PRR é concedido com a condição de apresentarmos um conjunto de Produtos, Processos e Serviços (PPS) ao final dos 36 meses de vigência do incentivo. Cada PPS é cuidadosamente planeado e executado para garantir que cumprimos os nossos objetivos e os requisitos do financiamento. O modelo de negócios do eGamesLab gira em torno deste compromisso com os PPS. A nossa gestão de projeto envolve a coordenação e colaboração entre as várias entidades do consórcio, assegurando que todas as partes trabalham de forma integrada e eficiente para alcançar todos os objetivos estabelecidos. Este modelo não só promove a inovação, mas também fortalece as relações entre as entidades públicas e privadas, criando um ecossistema robusto e dinâmico.

Indústria está a explodir em várias cidades

VE – Qual a estratégia no médio prazo?

CP - A estratégia de médio prazo do eGamesLab foca-se em consolidar e expandir a posição do país como um centro de excelência no setor dos videojogos. Esta estratégia é baseada em pilares fundamentais. A inovação contínua, ou seja, continuar a investir em investigação e desenvolvimento para criar jogos e tecnologias de ponta. Isso inclui a exploração de áreas como a realidade aumentada (AR), a realidade virtual (VR) e a inteligência artificial (IA) aplicada aos videojogos. As parcerias estratégicas passam por fortalecer colaborações com universidades, instituições de investigação, empresas de tecnologia e outras entidades dentro e fora do consórcio. O terceiro pilar é o desenvolvimento de talentos, investir na formação e capacitação da próxima geração de profissionais de jogos eletrónicos. Isso inclui oferecer programas de formação avançada, estágios e oportunidades de investigação para jovens talentos. A internacionalização passa por expandir a presença do eGamesLab, enquanto representante da indústria portuguesa no mercado global, promovendo os nossos produtos e tecnologias em feiras, conferências e eventos internacionais.

Maior grupo de investigação

VE – Qual a relação com a Academia?

CP - Além dos estúdios desenvolvedores dos videojogos, o eGamesLab é o maior grupo de investigação da indústria dos videojogos em Portugal e desempenha um papel crucial na ligação entre a academia e a economia nacional. Com três polos de investigação científica, o PACT em Évora, o IST em Lisboa e o Município do Funchal/ITI Interative Technologies Institut baseado no CCIF no Funchal – o eGamesLab está na vanguarda da inovação tecnológica e científica da indústria. A infraestrutura científica é robusta e bem distribuída, com mais de 40 bolseiros dedicados ao desenvolvimento de investigação científica em áreas estratégicas. As principais áreas de investigação incluem realidade aumentada (AR), realidade virtual (VR), tecnologia blockchain aplicada aos jogos, inteligência artificial para criação de narrativas de videojogos, interação humano-computador. Graças ao apoio do PRR, a investigação científica do eGamesLab está a deixar marcas indeléveis que influenciarão tanto a atual geração de desenvolvedores de videojogos quanto as futuras gerações.

Setor tem atraído investimentos significativos

VE – Como está o setor dos jogos?

CP - A indústria em Portugal está em pleno crescimento, consolidando-se como um dos setores mais dinâmicos e promissores da economia nacional. Nos últimos anos, este setor tem atraído investimentos significativos e tem mostrado um potencial enorme, tanto a nível nacional como internacional. Emprega diretamente milhares de pessoas. Estima-se que o setor gere um volume significativo de empregos diretos e indiretos, incluindo programadores, designers, artistas gráficos, especialistas em marketing, argumentistas, músicos e gestão de projetos. O crescimento contínuo do setor prevê a criação de ainda mais oportunidades de emprego nos próximos anos. O país conta atualmente com cerca de 80 estúdios de desenvolvimento de videojogos. Estes estúdios variam desde pequenas startups até empresas mais estabelecidas, todas contribuindo para um ecossistema vibrante e inovador em franco crescimento. Assinale-se que o país passou de uma receita bruta de cerca de 20 milhões de euros em 2021 para muito perto dos 40 milhões de euros em 2022. O país quase que duplicou as receitas da indústria sem apoios. Acreditamos que Portugal possa muito em breve ultrapassar os 100 milhões de euros em receita bruta. O céu é o limite. Quando se fala de crescimento, olhemos para o exemplo do GamingHub em Lisboa, da UnicornFactory, que abriu portas em dezembro de 2023 e em menos de três meses atingiu a lotação do espaço. A indústria está a explodir em muitas das principais cidades de Portugal como Lisboa, Porto, Braga, Évora, Coimbra e Funchal.

MERCADOS

EURODÓLAR (21.08) 1,1143

1,18% Var. Semana

0,93% Var. 2024

Euro/Libra 21/ago 0,8524
Var Sem 0,75%
Var 2024........................1,74%

Euro/Iene 21/ago..161,7700
Var Sem 0,30%
Var 2024........................-3,74%

EURIBOR 3M (21.08) 3,5420

0,00% Var. Semana

-9,39% Var. 2024

Euribor 6M 21/ago....3,5420
Var Abs Sem.................0,35%
Var 2024......................-11,68%

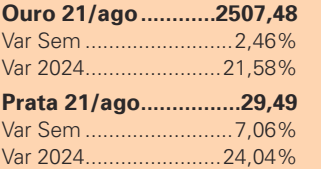
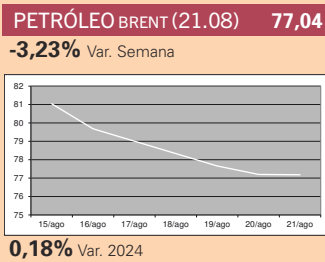
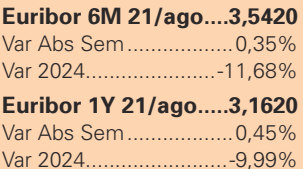
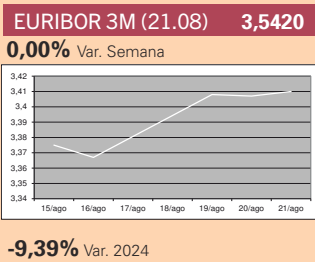
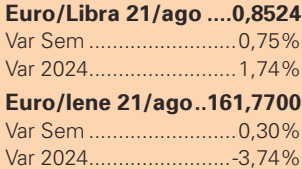
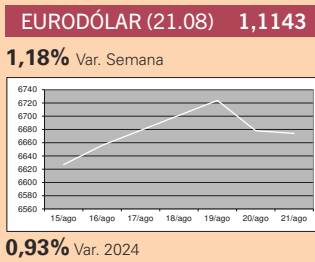
Euribor 1Y 21/ago.....3,1620
Var Abs Sem.................0,45%
Var 2024........................-9,99%

PETRÓLEO BRENT (21.08) 77,04

-3,23% Var. Semana

0,18% Var. 2024

Ouro 21/ago...........2507,48
Var Sem 2,46%
Var 2024.......................21,58%

Prata 21/ago...............29,49
Var Sem 7,06%
Var 2024.......................24,04%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

Preços nos metais com forte quebra

Os metais industriais sofreram uma quebra considerável nos seus preços desde o início do ano, refletindo as preocupações sobre o crescimento económico global e, em particular, da economia chinesa, um dos maiores consumidores de metais, como o cobre, o aço e o ferro. Os preços recuaram 18,5% desde máximos do exercício, arrastando as empresas focadas nos recursos básicos, tanto na extração como na transformação, refere uma análise do "El Economista".

A falta de garantias de que a China vai recuperar a atividade em setores como a construção ou a indústria é motivo de incerteza no mercado de "commodities". Também não ajudam os últimos dados europeus que se mantêm em zona de contração. Neste contexto adverso, apenas o cobre o cobre e o estanho avançam. No entanto, as altas foram insuficientes para compensar as fortes quebras sofridas por outros metais. Para além do ferro, o alumínio e o níquel também corrigiram desde os seus máximos e entraram em terreno negativo.

As previsões do mercado não são otimistas quanto a uma recuperação no custo prazo nos preços dos metais. A debilidade da procura vai persistir nos próximos meses, o que manterá em baixa a procura de matérias-primas. O impacto das quebras nos preços também é visível no setor das empresas centradas nos recursos básicos. O índice Stoxx 600, que agrupa as principais empresas europeias, registou um retrocesso de quase 12% no ano

Perspetivas não são otimistas nos próximos meses

para este setor. É o pior grupo no índice europeu em 2024, sendo que nenhuma empresa do ramo se mantém no positivo. Apenas o setor bancário europeu sofreu uma quebra maior nas últimas semanas, em consequência da descida das taxas de juro que se supõe por parte do Banco Central Europeu (BCE). Entretanto, os analistas reduzem as valorizações das empresas transformadoras de matérias-primas.

O preço do ferro funciona como um indicador para medir a situação da economia chinesa. Ora, o gigante asiático continua a sofrer o impacto da crise no setor imobiliário que se prolonga há anos. Ou seja, as notícias não são boas para os produtores mundiais do metal. De facto, os preços de referência do ferro estão em mínimos de maio do ano passado.

Fundação Santander Portugal lança 5000 novas bolsas

A Fundação Santander Portugal lançou 5000 novas bolsas para quem queira desenvolver competências digitais – como criar landing pages, websites, apps e softwares com inteligência artificial – sem ser necessário aprender programação.

Depois do sucesso da 1ª edição, lançada em março, em que foram atribuídas as primeiras 5000 vagas, o curso volta a ser desenvolvido em parceria com o NoCode Institute, sendo dirigido as todas as pessoas que, mesmo não tendo formação técnica, queiram adquirir conhecimentos nestas áreas e utilizá-las no futuro como uma mais-valia no mercado de trabalho.

O programa é totalmente online, decorrendo de forma intensiva ao longo de duas semanas e em três fases: uma primeira focada na aprendizagem de programação visual e no desenvolvimento de skills digitais; uma segunda dedicada à elaboração de um

As candidaturas estão abertas até ao dia 25 de setembro

projeto digital real; e, por fim, o desenvolvimento de um plano de transformação digital.

As bolsas serão atribuídas apenas em Portugal e destinam-se a todos os portugueses ou residentes em Portugal, com mais de 18 anos, que tenham como pré-requisito, um nível básico de inglês e conhecimentos de informática e internet na ótica do utilizador.

Dos 5000 candidatos que efetuarem o curso, serão selecionados ainda 100 participantes que terão acesso a uma bolsa que lhes permitirá aprofundar estes conhecimentos.

As candidaturas estão abertas até ao dia 25 de setembro em Santander Open Academy.

Hermenêutica

VÍTOR NORINHA
Jornalista
vnorinha@grupovidaeconomica.pt

Governo de quatro meses exausto

1 - O PSD foi o primeiro partido a marcar a rentrée política na Quarteira e esperava-se, como sempre, um discurso forte, com medidas assertivas que animassem a política nacional. O que aconteceu foi que todos os partidos da oposição criticaram as ideias, incluindo os cidadãos que supostamente vão beneficiar com as medidas anunciadas. A "Festa do Pontal", no calçadão da Quarteira foi, infelizmente, uma "mão meia cheia" e que, independentemente do à vontade com que ministros se sentaram nos bancos em frente ao palanque dos oradores, revelou um Governo de quatro meses que mais parece um Governo exausto de oito anos. O mais espantoso foi a incrível semelhança, diríamos quase uma cópia dos anúncios do ex primeiro-ministro António Costa, ao oferecer fogachos às pessoas. Destaca-se a medida das pensões: Uma oferta entre os 100 e os 200 euros que onde se inclui os reformados da banca, para as chamadas pensões mais baixas. Vamos ver quem é abrangido, sabendo-se que no país há quase 2,3 milhões de pensionistas. Depois foi oferecido um passe ferroviário no valor de 20 euros que supostamente dará acesso a praticamente todos os transportes ferroviários no país. Parece ser uma demonstração de como o país não se desenvolve. Vamos ver como funciona e se é um modelo idêntico ao que existe para o transporte público na Grande Lisboa. Foi ainda relançada a promessa de um novo hospital em Lisboa e do novo hospital central do Algarve. E depois veio o tema das urgências de ginecologia e obstetrícia, e que sendo um problema com muitos anos, não deixa de ser curioso acontecer estas falhas num país que está envelhecido e que precisa de se rejuvenescer. Temos ainda o tema dos jovens, do IMT e do IRS, e que não será por aqui que os jovens estabilizarão e evitar-se-á a emigração. Tudo isto é pouco para um Governo de quatro meses que parece agarrado a pequenos fogachos eleitorais. O que se está a fazer, salvo honrosas excepções, é engordar o Orçamento de Estado do lado da despesa que vem detrás, que vem do Governo de António Costa, e acrescentar-lhe mais uns valentes milhões nessa mesma despesa. Há quem sugira que a despesa supera os mil milhões de euros relativamente ao OE anterior e que tudo estará a ser desenhado para outros executarem. Em suma, não há soluções, e o Governo sabe que se aproxima um período em que pode cair, fruto de um calendário extremamente exigente com autárquicas e presidenciais, sendo que o putativo melhor candidato à direita não morre de amores pelas políticas e pelo percurso político de Luís Montenegro. Setembro é também mês de escolha de comissários para a Europa e o Governo propôs Maria Luís Albuquerque e Poiares Maduro numa tentativa de aproximação a Pedro Passos Coelho.

2 – Entretanto, o tema das migrações está na ordem do dia em toda a Europa. Vemos caos em França e no Reino Unido e dificuldades em Itália. Os países europeus com desafios demográficos tentaram resolver o problema que lhes afeta o crescimento económico e o bem-estar social dos mais velhos com o recurso à imigração mas, o descontrolo nas entradas rapidamente transformou alguns países europeus, com destaque para a França onde é clara a islamização da sociedade. Os europeus do sul ainda não têm o problema crítico mas poderão vir a tê-lo e, por isso, é relevante a atenção dada às políticas migratórias que Montenegro começou a desenhar mas que está longe de ser assertiva. Em causa estarão as liberdades futuras dos europeus.

> "Tudo isto é pouco para um Governo de quatro meses que parece agarrado a pequenos fogachos eleitorais"

BNP Paribas adquire Axa Investment Managers

A seguradora Axa está em negociações exclusivas para a cessação da sua divisão de gestão de ativos, a Axa Investment Managers (Axa IM), ao BNP Paribas por um valor de 5,1 mil milhões de euros. A operação, cuja finalização está prevista para o segundo trimestre do próximo ano, dará origem a um player europeu de gestão de ativos de primeiro plano, com ativos sob gestão de 1,5 triliões de euros.

EDPR faz rotação de ativos na Polónia

A EDP Renováveis assinou um acordo de compra e venda para a venda da participação acionista de 100% de um portefólio eólico e solar de 240 MW na Polónia. O "enterprise value" estimado é de 300 milhões de euros. Esta transação surge no contexto do programa de cerca de sete mil milhões de euros de rotação de ativos para 2024-2026, refere a EDPR em comunicado.

VOLUME TOTAL DE PAGAMENTOS ULTRAPASSA 1600 MILHÕES DE EUROS

IFTHENPAY cria novos meios de pagamento digitais

O crescimento do comércio eletrónico é uma oportunidade para os serviços financeiros – considera Nuno Breda. Em entrevista à "Vida Económica", o cofundador da IFTHENPAY destaca a introdução de cada vez mais métodos de pagamento digitais. "Também criamos tendências novas neste mercado, como por exemplo a nossa solução "omnichannel", onde incluímos os pagamentos presenciais na mesma plataforma dos pagamentos à distância" – refere Nuno Breda. Sobre o crescimento das burlas com referências de pagamento, Nuno Breda afirma ser importante sensibilizar o cidadão comum para não pagar referências multibanco que não foram solicitadas.

"A IFTHENPAY continua a atrair clientes de todas as dimensões" – afirma Nuno Breda.

Vida Económica - Quais são as principais tendências na atividade da Ifthenpay?

Nuno Breda - A IFTHENPAY é uma "Fintech" e como tal, leva a inovação e a tecnologia ao setor financeiro. Além de acompanhar e impulsionar as mais recentes tendências, também cria novas tendências que impulsionam inovações. Por exemplo, temos acompanhado e impulsionado toda a evolução do comercio eletrónico, introduzindo cada vez mais métodos de pagamentos digitais na nossa solução e proporcionando a um número cada vez maior de comerciantes a possibilidade de venderem online, independentemente da sua dimensão. Também criamos tendências novas neste mercado, como por exemplo a nossa solução "omnichannel", onde incluímos os pagamentos presenciais na mesma plataforma dos pagamentos à distância. Agora já não é preciso consultar os pagamentos do TPA noutra aplicação, nem mudar de TPA para se mudar de conta bancária. Hoje ter uma solução que é fácil de usar, onde está tudo integrado e que oferece um serviço disponível com rapidez, é a grande nova tendência desta atividade.

VE - O perfil dos utilizadores e os montantes médios por pagamento estão a mudar?

NB - A IFTHENPAY continua a atrair clientes de todas as dimensões. Os nossos formulários, o pay-by-link, o TPA com software de faturação integrado, são a combinação ideal para quem quer começar um pequeno negócio. Nem de um computador precisa, basta aderir ao nosso serviço e adquirir um dos nossos TPAs prontos a usar. Por outro lado, o grande cliente, que usa as mais avançadas plataformas de eCommerce, com integrações com ERPs, com soluções de faturação, pagamentos digitais e emissão automática de recibos, também prefere um parceiro tecnológico com capacidade de resposta e ferramentas que possibilitem a integração nos seus sistemas. Dispomos de APIs, "Plugins" e interfaces para praticamente todas as plataformas existentes no mercado.

VE - Estão a ser preparados novos serviços ou alterações nos serviços atuais?

NB - Estamos sempre a acompanhar a evolução do mercado e da tecnologia e a criar e lançar novas tendências. Estamos a ampliar a oferta da nossa gateway de pagamentos incluindo cada vez mais métodos, tanto nacionais, como internacionais. Estamos também a ultimar uma novidade que iremos divulgar no último trimestre e que tem todo o potencial para ser uma nova tendência.

VE - A regulamentação da atividade financeira condiciona a inovação e disponibilização de novos serviços?

NB - A regulação sempre fez parte da nossa atividade e nunca nos impediu de inovar. Acreditamos que a regulação desempenha um papel importante nesta área em particular, assegurando as boas práticas a todos os players do setor.

Cuidados a ter com as fraudes

VE - O que está a ser feito para reforçar a segurança e evitarias fraudes nas referências Multibanco?

NB - Dedicamos sempre muita atenção aos cumprimentos normativos e procuramos sempre trabalhar de acordo com os mais elevados padrões de rigor. Temos liderado consecutivamente no Portal da Queixa como empresa de referência. Todo o setor tem feito um esforço no sentido de alertar as pessoas para este tipo de fraudes, que acontece na sua grande maioria por desconhecimento. Importa sensibilizar o cidadão comum para não pagar referências multibanco que não foram solicitadas. Seja por mensagem, por email, ou por qualquer outra forma menos fidedigna. Nunca se podem fornecer códigos de qualquer natureza e em qualquer circunstância. Em caso de dúvida, as pessoas devem-se dirigir presencialmente ao seu banco e não fazerem nada até terem tudo esclarecido.

Atividade começou em 2004

A IFTHENPAY é uma fintech portuguesa especializada em soluções de pagamento, particularmente através de referências Multibanco, MB WAY e mais recentemente. Fundada em 2004, a empresa tem crescido significativamente no mercado português, especialmente devido à popularidade e ao uso generalizado de referências Multibanco para pagamentos online, uma das principais soluções oferecidas pela empresa.

A reputação da IFTHENPAY no mercado português tem sido em geral positiva, mas com alguns desafios, principalmente relacionados com a perceção de segurança e a fiabilidade dos seus serviços.

A IFTHENPAY é vista como uma fintech sólida e inovadora, com uma forte presença no mercado português e um futuro promissor, se continuar a evoluir com as tendências tecnológicas e as necessidades dos consumidores.

MERCADOS

PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO

Durante a maioria da última semana, o PSI deu continuidade aos ganhos que vinha a acumular desde meados do início do mês de agosto, quebrando em alta o nível dos 6 600 pontos. No entanto, nas últimas 2 sessões, o índice português perdeu algum terreno.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO

O DAX deu continuidade à recuperação que vem a apresentar desde a queda no início do mês de agosto, tendo já quebrado em alta o patamar dos 18 400 pontos, onde permaneceu a transacionar durante as últimas sessões da semana.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO

FILIPE GARCIA
Economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Taxas Euribor continuam a recuar

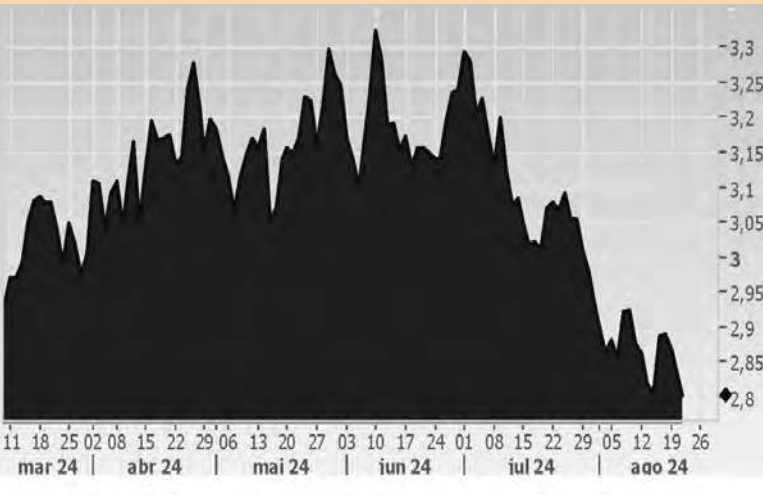
As taxas Euribor recuaram de forma significativa nas últimas duas semanas, embora se tenha notado uma ligeira recuperação nos últimos dias. Destaca-se o facto de a taxa a 6 meses ter estabelecido, no dia 16 de agosto, níveis não vistos desde abril de 2023 a 3.367% e de a referência a 12 meses ter descido até aos 3.117% no dia anterior, o que já não acontecia desde dezembro de 2022.
O mercado vai reforçando a expectativa de que o BCE vá mesmo cortar as taxas de referência em setembro, ainda que a taxa de inflação homóloga da Zona Euro tenha alcançado 2,6% em julho, ligeiramente acima dos 2,5% observados no mês anterior e das expectativas dos analistas que apontavam para um abrandamento para 2,4%.
Nos Estados Unidos, a taxa de inflação de julho foi de 2,9%, ligeiramente abaixo dos 3% esperados e registados em junho. Em cadeia, a subida dos preços foi 0,2%, indo ao encontro das projeções, mas acelerando face à queda de 0,1% verificada no mês anterior.
Com estes números, associados a alguma fraqueza no mercado laboral americano, o mercado dá agora praticamente como certo um corte das taxas de juro de referência da Reserva Federal na próxima reunião agendada para setembro, à medida que os dados económicos permanecem favoráveis e as perspetivas quanto a uma recessão se dissipam. Aliás, num relatório divulgado esta semana, a Goldman Sachs considera agora que as probabilidades de recessão no país são de 20%, face a 25% anteriormente. Para além disso, os discursos dos decisores da política monetária norte-americana são coerentes com este cenário. Por exemplo, Austan Goolbee afirmou que a economia dos EUA não tem mostrado sinais de sobreaquecimento e que a FED não pretende manter as taxas restritivas durante mais tempo do que o necessário. Jerome Powell irá discursar no simpósio de Jackson Hole nesta sexta-feira e o mercado prestará a maior das atenções, à medida que procura por indicações sobre a dimensão dos cortes do próximo mês e sobre a evolução da política monetária em geral. A mais recente sondagem da agência Reuters dá conta que 55 dos 101 economistas inquiridos acreditam em 3 cortes das taxas da FED de 25 pb durante este ano e apenas 34 dos restantes preveem um total de 2 cortes.
Depois da grande agitação no início do mês, causada pelas fortes quedas nas bolsas, a última semana foi de poucas alterações nas taxas fixas, com as maturidades mais curtas a apresentarem uma ligeira tendência de alta, contrariamente aos prazos mais longos. O rendimento das obrigações alemãs a 10 anos permaneceu abaixo dos 2,25%, com o Bundesbank a alertar para a possibilidade de a recuperação da economia vir a ser mais lenta e de a inflação ganhar alguma força mais perto do final do ano, ainda que de forma temporária. Depois de ter registado uma contração no trimestre anterior, os indicadores que têm sido conhecidos desde o começo deste trimestre têm-se revelado pouco convincentes, apontando para uma expansão moderada.

ANÁLISE PRODUZIDA A 21 DE AGOSTO DE 2024

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)

	20.agosto.2024	13.agosto.2024			23.julho.2024		
1M	3,587%	3,635%	↓	-0,048	3,618%	↓	-0,031
3M	3,538%	3,542%	↓	-0,004	3,685%	↓	-0,147
6M	3,407%	3,441%	↓	-0,034	3,642%	↓	-0,235
1Y	3,159%	3,180%	↓	-0,021	3,508%	↓	-0,349

TAXAS EURIBOR E REFI BCE

YIELD 10 ANOS PORTUGAL

FUTUROS EURIBOR

Data	3 Meses Implícita
outubro 24	3,300%
dezembro 24	3,000%
março 25	2,620%
dezembro 25	2,165%
junho 26	2,130%
dezembro 26	2,145%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS

BCE	Euro Refinancing Rate	4,25%
	Euro Marginal Lending Facility	4,50%
	Euro Deposit Facility	3,75%
		*desde 18 de julho 2024
EUA	FED Funds	5,50%
R.Unido	Prime Rate	5,00%
Brasil	Taxa Selic	10,50%
Japão	Repo BoJ	-0,10%

EURO FRA'S
Forward Rate Agreements

Tipo*	Bid	Ask
1X4	3,379	3,429
3X6	3,060	3,110
1X7	3,224	3,274
3X9	2,949	2,969
6X12	2,566	2,616
12X24	2,319	2,339

*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

EURO IRS
InterestSwapsvs Euribor 6M

Prazo	Bid	Ask
2Y	2,665	2,675
3Y	2,503	2,543
5Y	2,417	2,437
8Y	2,423	2,427
10Y	2,449	2,453

Obrigações	5Y	10Y
	2,37	2,80
	2,61	3,02
	2,59	2,92
	2,12	2,20
	2,97	3,57
	3,72	3,91
	3,65	3,79
	0,48	0,87

Fontes: Reuters e IMF

RUI COSTA ruicosta@imf.pt

Eur/Usd acima dos $1.1100

EUR/USD

Eur/Usd

O Eur/Usd apresenta uma tendência de valorização significativa, tendo valorizado até renovar máximos do ano acima dos $1.1130, num mês de agosto bastante positivo para o par. Espera-se que o patamar dos $1.1100 sirva de suporte para o Eur/Usd.

Eur/Jpy

Após a queda registada no início de agosto, o Eur/Jpy tem apresentado uma recuperação sustentada. No entanto, na última semana, o par retornou a perder algum terreno, depois de se ter aproximado do nível dos 164 ienes.

Eur/Gbp

O Eur/Gbp terminou a valorização que apresentava desde o início do mês e passou a perder terreno ao ponto de quebrar em baixa o suporte das £0.8550 e se aproximar ainda mais do suporte seguinte perto das £0.8500.

	21 agosto/2024	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,1116	0,88%	2,47%	4,05%
EUR/JPY	162,26	0,17%	-2,97%	16,22%
EUR/GBP	0,8530	-0,56%	1,58%	-3,75%
EUR/CHF	0,9503	-0,13%	-1,10%	-3,75%
EUR/NOK	11,6830	-0,71%	-2,17%	11,12%
EUR/SEK	11,3780	-0,93%	-2,65%	1,90%
EUR/DKK	7,4615	-0,01%	0,00%	0,32%
EUR/PLN	4,2858	-0,27%	-0,07%	-8,45%
EUR/AUD	1,6495	-0,89%	0,41%	5,07%
EUR/NZD	1,8109	-1,17%	-0,86%	7,24%
EUR/CAD	1,5117	0,01%	1,10%	4,21%
EUR/ZAR	19,8257	-0,51%	-0,20%	9,10%
EUR/BRL	6,0844	1,37%	0,14%	6,65%

Uber aumenta lucro em 158%

A Uber Technogies registou um resultado líquido de 927 milhões de euros, no segundo trimestre, o que refletiu um aumento de 158%, face a igual período do ano passado. A multinacional teve receitas de quase 9,8 mil milhões, num crescimento homólogo de 15,9%, incluindo um acréscimo de 25% no negócio da mobilidade, enquanto as entregas ao domicílio faturaram cerca de três mil milhões de euros.

BCE deverá cortar taxas sete vezes antes de 2026

A Europa é um dos mercados em que estão a acelerar mais as estimativas de reduções no preço do dinheiro para os próximos trimestres. Um inquérito da Bloomberg junto de economistas dá conta que o Banco Central Europeu cortará as taxas de juro em sete ocasiões, em 25 pontos base de cada vez, antes de 2026. Trata-se de um cenário de descidas das taxas mais agressivo do que se mantinha até agora, com seis cortes previstos num só período.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA — PAINEL BANCO SANTANDER

Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
ALTRI SGPS SA	4,840	2,59%	5,630	4,154	0,624	0,540	7,756	8,963	5,17%	6,05%	21/08/2024	16:35:17
IBERSOL SGPS SA	7,260	1,68%	7,640	6,400	0,388	0,436	18,711	16,651	6,89%	3,71%	21/08/2024	16:35:20
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,400	2,99%	0,407	0,238	0,060	0,061	6,658	6,549	4,26%	7,26%	21/08/2024	16:35:17
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	6,740	1,20%	7,340	6,120	0,380	0,430	17,737	15,674	8,61%	5,64%	21/08/2024	16:03:01
CORTICEIRA AMORIM SA	8,870	0,57%	10,201	8,730	0,584	0,736	15,188	12,052	2,25%	3,36%	21/08/2024	16:35:10
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	4,310	3,11%	4,735	3,260	0,343	0,365	12,566	11,808	3,94%	3,48%	21/08/2024	16:35:23
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	3,719	0,13%	4,642	3,446	0,312	0,290	11,920	12,824	5,24%	5,40%	21/08/2024	16:35:07
EDP RENOVAVEIS SA	13,920	-1,69%	18,730	11,910	0,423	0,557	32,908	24,991	1,44%	1,26%	21/08/2024	16:35:29
GALP ENERGIA SGPS SA	19,285	1,15%	21,410	11,990	1,352	1,247	14,264	15,465	2,85%	2,90%	21/08/2024	16:35:21
JERONIMO MARTINS	16,670	2,40%	24,020	15,200	1,107	1,253	15,059	13,304	3,93%	3,68%	21/08/2024	16:36:32
MOTA ENGIL SGPS SA	3,356	-2,84%	5,940	2,375	0,373	0,390	8,997	8,605	3,81%	3,58%	21/08/2024	16:35:20
NAVIGATOR CO SA/THE	3,678	2,00%	4,466	3,172	0,433	0,442	8,494	8,321	5,73%	6,88%	21/08/2024	16:35:28
NOS SGPS	3,480	-0,29%	3,690	3,126	0,346	0,325	10,058	10,708	10,06%	9,71%	21/08/2024	16:35:18
PHAROL SGPS SA	0,046	-0,44%	0,059	0,034	-	-	-	-	-	-	21/08/2024	15:22:11
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2,380	1,06%	2,525	2,115	0,172	0,174	13,837	13,678	6,47%	6,34%	21/08/2024	16:35:29
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	14,200	0,71%	16,800	13,020	2,900	2,955	4,897	4,805	4,41%	5,67%	21/08/2024	16:35:18
SONAE	0,925	-0,54%	0,987	0,847	0,105	0,130	8,810	7,115	6,10%	6,38%	21/08/2024	16:35:11
NOVABASE SGPS SA	5,750	0,88%	8,350	4,610	-	-	-	-	31,13%	-	21/08/2024	14:51:14
GREENVOLT-ENERGIAS RENOVAVEI	8,300	-0,60%	8,575	4,872	0,425	0,735	19,529	11,293	-	-	21/08/2024	16:35:02

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS — PAINEL BANCO SANTANDER

Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
BANCO SANTANDER SA	4,2555	3,79%	4,928	3,332	0,746	0,782	5,704	5,442	4,14%	4,58%	21/08/2024	16:35:13
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	48,510	8,04%	48,540	32,130	1,918	2,093	25,292	23,177	2,14%	3,36%	21/08/2024	16:35:13
REPSOL SA	12,590	-0,71%	16,220	12,185	3,068	2,825	4,104	4,457	7,55%	7,24%	21/08/2024	16:35:13
TELEFONICA SA	4,042	-0,44%	4,480	3,525	0,335	0,348	12,066	11,615	7,42%	7,45%	21/08/2024	16:35:13
SIEMENS AG-REG	164,860	3,49%	188,880	119,480	10,592	11,271	15,561	14,623	2,85%	3,02%	21/08/2024	16:35:19
CARREFOUR SA	14,080	1,29%	18,600	13,140	1,851	2,184	7,607	6,447	6,18%	6,49%	21/08/2024	16:35:17
BAYER AG-REG	28,110	8,81%	51,320	24,960	5,118	5,354	5,483	5,241	0,39%	0,65%	21/08/2024	16:39:04
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	14,008	4,69%	17,014	9,440	1,986	2,624	7,048	5,335	3,21%	4,70%	21/08/2024	16:39:05
RWE AG	31,490	3,42%	42,330	30,080	2,758	2,132	11,410	14,761	3,18%	3,49%	21/08/2024	16:35:11
VOLKSWAGEN AG	105,500	7,05%	152,500	98,550	28,704	31,707	3,662	3,315	8,54%	8,26%	21/08/2024	16:38:07
ING GROEP NV-CVA	15,766	2,78%	17,240	11,428	1,969	2,103	8,007	7,497	7,02%	6,40%	21/08/2024	16:35:10

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, telf. 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.

PAULO MONTEIRO ROSA
Economista Sénior
do Banco Carregosa

Ativos remunerados e ativos especulativos

Existem essencialmente dois tipos de ativos financeiros: os que geram um rendimento e o seu valor depende sobretudo do crescimento desse mesmo rendimento, e os ativos que não geram qualquer tipo de rendimento, dependendo a sua valorização ou depreciação da oferta e da procura, ou seja, são ativos que geram apenas ganhos de capital.

São muitos os exemplos de ativos financeiros, podendo ser divididos em diferentes categorias conforme a maior ou a menor capacidade em gerarem dinheiro. As ações são habitualmente consideradas um dos mais arriscados ativos financeiros, mas também oferecem um maior potencial de crescimento, dependente da capacidade de gerarem dinheiro. Igualmente, os imóveis apresentam um risco quase tão elevado como as ações, enquanto as obrigações são menos arriscadas. Todos os três ativos financeiros mencionados são remunerados, cada por um tipo diferente de rendimento, nomeadamente rendas, juros e lucros, o imobiliário, as obrigações e as ações de empresas, respetivamente, sendo todos rendimentos do capital.

O cálculo do PIB na ótica do rendimento é dado pelo somatório dos salários, dos juros, das rendas e dos lucros. Apenas o primeiro é um rendimento do trabalho, sendo os três restantes rendimentos do capital, definindo, deste modo, o que é um ativo financeiro, dado por uma remuneração ou um ganho de capital. O trabalho não é um ativo financeiro.

Uma ação, um imóvel ou um título de um empréstimo (por exemplo, bilhetes do tesouro ou obrigações de uma empresa negociáveis em bolsa) para além de gerarem um rendimento, podem também oferecer ganhos de capital. Isto é, para lá de gerarem cash flows, os quais determinam teoricamente o preço do ativo, podem também apresentar ganhos de capital. As empresas valem essencialmente pela sua capacidade de gerarem dinheiro no futuro. A ação de uma empresa é sobretudo valorizada pelos lucros que entrega ou que promete apresentar no longo prazo, mas as expectativas dessa possível entrega futura, refletidas na alta da cotação, equivalem aos ganhos de capital. Uma valorização para lá dos lucros que atualmente oferece representa a parte especulativa de um ativo. Ora, os ganhos de capital são especulação, baseada sobretudo na escassez, à medida que a procura por ativos supera a sua oferta.

Há ativos financeiros que não têm nenhuma remuneração associada, ou seja, não geram qualquer tipo de rendimento, mas mesmo assim são adquiridos pelos agentes económicos. Exclusivamente na ótica de metal precioso, o ouro é um ativo financeiro que não gera qualquer tipo de rendimento, mas, no entanto, é adquirido pelos investidores como reserva de valor, tal como outros metais preciosos e outros ativos financeiros escassos como vinhos raros colecionáveis de excelente qualidade ou obras de arte, desde quadros de pintores famosos a pertences de pessoas reconhecidas globalmente. Isto é, tal como o metal amarelo, existem também outros ativos que apenas apresentam ganhos de capital, ou seja, são ativos especulativos. A escassez é a principal característica destes ativos especulativos como o ouro, a bitcoin ou bens raros como selos ou moedas colecionáveis. A bitcoin também não gera qualquer rendimento, apenas ganhos de capital, sendo, assim, considerada igualmente um ativo especulativo, mas tem apenas um historial de 15 anos, enquanto o ouro, também um ativo especulativo, tem um historial de 6 mil anos.

Um certificado de aforro ou um depósito a prazo são também ativos financeiros, mas geram apenas uma remuneração, ou seja, um juro, e não ganhos de capital porque não são negociáveis. O dinheiro no bolso ou no banco é sem dúvida o tipo mais comum de ativo financeiro, podendo a liquidez ser remunerado, por exemplo um depósito a prazo. Todavia, o dinheiro debaixo do colchão não é remunerado, tendo um risco elevado de extravio, não oferecendo nem remuneração nem ganho de capital, bem pelo contrário, apresenta uma perda de capital devido à inflação. Além disso, esse dinheiro guardado em casa poderia financiar projetos interessantes ao desenvolvimento económico. Em suma, os ativos financeiros dividem-se em especulativos, ou seja, aqueles que não oferecem rendimentos, nem atualmente nem no futuro, apenas a esperança de vender mais caro (ganhos de capital), e os ativos que oferecem um rendimento, garantindo o bem-estar das pessoas, financiando projetos de empresas através de empréstimos, construindo casas, produzindo bens e serviços. No longo prazo, a proporção entre ativos especulativos e ativos remunerados deve ser mais ou menos estável. Porém, se no longo prazo o valor do que é raro for superior ao valor daquilo que é útil, não haverá investimento, nem criação de riqueza, nem acréscimo de bem-estar. Num deserto, raridade e utilidade confundem-se, sobretudo quando se trata da posse de água ou de diamantes, culminando na resolução do Paradoxo de Adam Smith, isto é, preço de um bem é dado pela sua utilidade e não pela raridade.

AUTOMÓVEL

KGM Torres EVX concorre no segmento dos SUV elétricos

O KGM Torres EVX está disponível no mercado a partir de 46 mil euros. Trata-se de mais uma opção no competitivo segmento dos SUV elétricos de dimensão média. O design é diferente do habitual, mais arrojado. O espaço é amplo no interior e tem disponíveis elevados níveis de tecnologia. Possui uma só opção de motorização de 207 cv e uma autonomia de 460 km. Oferece uma garantia de um milhão de kms para a sua bateria.

Exportações de componentes automóveis voltam a cair

As exportações de componentes automóveis voltaram na cair em junho, mantendo um clima de preocupação no setor. A quebra foi de 11%, para cerca de mil milhões de euros. No acumulado, até junho, o valor foi de 6,4 mil milhões de euros, o que traduziu uma quebra homóloga de 3,8%, de acordo com a Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel (AFIA).

A tendência de queda da produção para o mercado externo continua a ser negativa. As encomendas provenientes da Europa continuam a ser menores do que foram no ano anterior. Este comportamento é essencialmente determinado pela queda das vendas da indústria europeia, porque, representando 88,5% das vendas e o facto de caírem 5,1% para esse mesmo mercado, condiciona a produção da indústria nacional de componentes. Espanha continua a liderar a lista dos principais destinos dos componentes fabricados em Portugal, registando uma quota de 27,9%, seguida da Alemanha e da França com 23,4% e 8,3%, respetivamente.

Para o Presidente da AFIA, José Couto, "estes resultados deixam-nos pouco otimistas em relação aos tempos que se aproximam, reforçando a necessidade de rever em baixa as expectativas de crescimento que tínhamos inicialmente previsto

Vendas para o exterior ascenderam a mil milhões

para 2024. Esta situação afeta toda a Europa, logo por arrasto afeta Portugal, porque estamos dependentes da produção europeia. A produção automóvel agregada de Espanha, Alemanha, França, Reino Unido e Itália, principais parceiros da indústria portuguesa, diminuiu 7,5% no primeiro semestre, em comparação com o período de janeiro a junho do ano passado". De acordo com os dados divulgados pela associação, as exportações de componentes automóveis mantêm-se assim responsáveis por 16% das exportações nacionais de bens transacionáveis, ou seja, por cada 100 euros exportados, 16 euros pertencem ao setor dos componentes automóveis.

Mercedes-AMG GT 63 SE Performance Coupé disponível para encomenda

A Mercedes-AMG iniciou as vendas do seu novo modelo de topo. O AMG GT 63 S E Performave Coupé está disponível para encomenda a partir de 248.650 euros. O motor V8 biturbo de 4.0 litros e o motor elétrico AMG produzem uma potência total de 816 CV e um binário máximo de até 1420 Nm. A velocidade máxima atinge 320 km/h e o equipamento tecnológico inclui a suspensão AMG Active Ride Control e um sistema de travões compósitos cerâmicos.

VW ID.3 tem nova versão de acesso

A VW Portugal apresentou a nova versão de acesso do totalmente elétrico ID.3. Os preços estão mais acessíveis, começando nos cerca de 40 mil euros. A renovada versão conta com um motor a debitar 170 cv e uma autonomia até 388 km. O sistema de infoentretenimento foi atualizado, a par de um novo sistema de integração de inteligência artificial. O ID.3 tem ainda as versões Pro e S, cuja potência aumenta para 231 cv e uma autonomia até 554 km. Passa ainda a contar com a versão GTX, a debitar 286 cv e uma autonomia até 600 km.

ENSAIO

Renault Espace SUV - fenómeno de vendas

A Espace que já foi monovolume e um fenómeno de vendas que levou outras marcas a seguirem o conceito, reinventa-se agora sob a forma de um SUV de 7 lugares, apostando forte num posicionamento menos generalista e mais premium.

JORGE FARROMBA
jorgefarromba@gmail.com

A estética imponente não esconde o seu objetivo, com um desenho que pretende ser diferenciador sem esquecer a matriz identitária da Renault mas que lhe confere exclusividade.

O seu interior é pautado pela inclusão de muitos plásticos moles, pele e madeira mas sobretudo o cuidado nos detalhes e na qualidade de construção e de materiais. A ergonomia está bem conseguida, os bancos acolhem-nos bem e são ergonómicos e, no computo geral sentimo-nos bem envolvidos no seu interior pois todos os comandos estão à mão. O AC é muito bom pois atingimos temperaturas do ensaio e na zona onde decorreu, perto do 45º e o mesmo respondeu muito bem.

O espaço interior é bom. Atrás os bancos deslizam em comprimento mas também recostam, para tornar as viagens mais apelativas. Os dois últimos lugares são mais destinados para crianças ou pequenos trajetos.

A direção lê bem a estrada mas o que sobressai neste modelo é o teto Solarbay; o conforto da suspensão e o sistema 4Control Advanced.

Carroçaria: suv
Combustível: gasolina
Potência: 200cv
Cilindrada: 1.2
Caixa: automática
Tracção: fwd
Consumos: 4,8l

Preço: a partir dos 48000€

O solarbay é 1 m² de tecnologia condensada, fruto do desenvolvimento conjunto entre a Renault e a Saint-Gobain que possui uma tecnologia assente numa película em PDLC (cristais líquidos dispersos num polímero) situada entre duas placas de vidro, alimentada por uma tensão elétrica para mudar a orientação dos cristais líquidos. Esta permite ganhar 30 milímetros de distância do teto, reduzir o peso,o que contribui para aumentar o aerodinamismo, a sua autonomia e, a maior vantagem para o consumidor, mudar entre um texto opaco ou transparente ativado por comando por voz através do Assistente Google ou por meio de um botão.

O Espace é confortável em qualquer piso mas também exibe um comportamento de nível superior que nem se intimida com estradas mais apertadas e por ter um centro de gravidade mais elevado porque, se optarmos pelo 4Control Advanced, as 4 rodas direcionais fazem mesmo a diferença em termos de comportamento e inserção do automóvel em curva – mais acutilante, além de diminuir consideravelmente o raio de viragem.

Em resumo a nova estratégia da Renault está a produzir os resultados esperados, onde vem competir num mercado automóvel em completa transformação e cada vez mais concorrencial, onde não importam somente os detalhes mas também a capacidade de inovação, diferenciação para um cliente cada vez mais informado e exigente.

1000 dias Renaulution

A nova estratégia da Renault- "Renaulution" - anunciada em janeiro de 2021 pelo CEO Luca de Meo, é uma visão de longo prazo que se concentra na transformação do modelo de negócios da Renault, com ênfase na eficiência, sustentabilidade e inovação.

A estratégia dividida em três fases - Resurrection; Renovation e Revolution - colocadas em prática simultâneamente, pretendem restaurar a competitividade por meio da:

- Melhoria da eficiência e adoção de uma disciplina de custos rigorosa;
- Gestão dos ativos e liderança do Grupo em veículos elétricos na Europa;
- Absorção da expertise tecnológica da Aliança para aumentar a eficiência;
- Melhoria dos dados e serviços de mobilidade;
- Exploração das marcas mais competitivas e diferenciadas, para clientes e mercados, e aumento da lucratividade.

A redefinição da identidade da Renault que já tem 1 000 dias, promove assim a inovação e a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que garante a rentabilidade e o crescimento a longo prazo que, segundo a marca, já conseguiu ser antecipada em 3 anos em vários itens, com uma marca mais forte, com 25 novos lançamentos, uma evolução e aumento da gama, confirmando a estratégia da marca de que já "existe uma Renault antes e depois".

Nesta transformação, a marca pretendeu também apostar numa transparência de preços de venda ao público mas também com preços mais competitivos, mesmo face à geração anterior, agora com mais equipamento (por definição da marca e noutros casos, obrigatório pela legislação) e mais seguros.

Nesta apresentação aos media, a marca mostrou que o mercado dos SUV continuou a crescer 18%, com mais de metade das vendas por segmento em 2023.

Num resumo que fez sobre todos os modelos, a marca focou muita da sua atenção no Arkana com o seu restyling, num modelo que exibe uma forte personalidade e espaçoso. O Austral que foi recentemente considerado o carro do ano, com uma qualidade percebida superior, com bancos traseiros a mover-se em longitude, os novos motores e o novo

eixo traseiro a sobressair, onde o 4Control Advanced (4 rodas direcionais) faz toda a diferença na manobrabilidade, seja em cidade, como no comportamento em estrada. Por fim, a Renault Espace - que também foi a familiar do ano, com mais de 1.3 milhões de unidades vendidas desde 1984, que se tem reinventado em modularidade, espaço e bagagens, com 7 lugares e com o maior vidro panorâmico de um automóvel, e que, mesmo com novos equipamentos é mais segura e 215kg mais leve que a geração anterior.

Na impossibilidade nesta apresentação de guiarmos todos os modelos, a escolha incidiu em fazer os dois trajetos com um Austral e uma Espace.

VidaEconómica
EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO
Nº 2041/23 de agosto 2024 Semanal 2,60 € Portugal Continental

COMPARTICIPAÇÕES NOS ATOS CLÍNICOS FORAM REDUZIDAS

Seguros de saúde geram aumento de reclamações na Allianz

(Continuação da primeira página)

O aumento das reclamações deve-se à discordância com o aumento dos preços nas renovações dos contratos e à alteração das clausulas contratuais relativas a comparticipação em actos clínicos dentre e fora da rede de prestadores. "Foi uma realidade no ano passado que se prolongará ainda por 2024, quando a Allianz redefiniu várias componentes dos seus vários produtos que impactou, com alguma severidade, nas condições das apólices" – indica o relatório do Provedor do Cliente.

Os segurados têm a expetativa de obter as coparticipações definidas na apólice inicial, mas o que se aplica são as comparticipações mais baixas que correspondem às alterações introduzidas pela seguradora. Além de reduzir as comparticipações nos actos clínicos, a Allianz tem agravado os preços dos seguros mas renovações dos contratos sem informar os clientes sobre os aumentos, contrariando as recomendações da Autoridade de Supervisão de Seguros.

BPF reforça regras de segurança

O Banco Português de Fomento (BPF), na qualidade de Sociedade Financeira supervisionada pelo Banco de Portugal, adota um processo Know Your Customer (KYC), que visa dar cumprimento aos deveres legais e regulamentares a que está obrigado. Este Processo KYC consiste na verificação da identidade dos clientes, respetivos representantes e beneficiários efetivos para assegurar o cumprimento dos deveres legais e regulamentares a que o Banco está obrigado e prevenir crimes como o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. O BPF disponibiliza no website os principais conceitos do KYC.

NOTA DE FECHO

JOÃO LUÍS DE SOUSA DIRETOR
joaoluisdesousa@grupovidaeconomica.pt

Um milagre de multiplicação

Portugal é um dos países mais envelhecidos do mundo e por isso enfrenta os desafios de uma sociedade com uma proporção reduzida de população jovem.
Um dos dilemas que se coloca está no sistema de pensões.
Historicamente o modelo seguido foi o da repartição onde as contribuições dos cidadãos ativos são usadas para pagar as pensões dos atuais reformados. Este sistema é baseado na solidariedade entre gerações: os trabalhadores de hoje financiam as pensões dos reformados, com a expectativa de que, no futuro, as suas pensões serão financiadas por contribuições das gerações seguintes.
Este modelo de repartição não é sustentável se não houver um aumento da população ativa e um crescimento económico significativo.
Por isso, há um número crescente de países que aplicam o sistema de capitalização onde cada pessoa contribui para a sua própria reforma. As contribuições feitas durante a vida ativa são investidas em contas individuais e, no momento da reforma, o montante acumulado, acrescido dos rendimentos gerados pelos investimentos, é utilizado para financiar a reforma do próprio contribuinte.

Os decisores políticos também querem evitar qualquer alteração porque estão entre os futuros pensionistas com reformas mais elevadas, e teriam bastante a perder se as pensões fossem ajustadas às contribuições que efetivamente fizeram.

Além da fragilidade do modelo da repartição e do encargo que transfere para as gerações seguintes, o sistema público de reformas não é sustentável porque tem vindo a dar muito mais em pensões do que recebe em contribuições.
Com as regras atuais, em termos médios o encargo é superior em cerca de 40% ao total das contribuições recebidas, mesmo em relação às pensões de reforma com valores mais elevados.
Mas a correção das regras que implica a diminuição do valor das pensões de reforma, o aumento das contribuições e a fixação de limites máximos de pensões de reforma à semelhança do que acontece na generalidade dos países da União Europeia. No plano político a alteração é muito ingrata e difícil como revela o exemplo de França com o aumento da idade de reforma.
Os reformados atuais rejeitam qualquer correção ao valor das suas pensões. Pelo contrário, exigem a sua atualização anual, no mínimo de acordo com a taxa de inflação.
Os cidadãos ativos também não querem mudança das regras porque têm a expetativa de vir a receber mais do que contribuíram, à semelhança da geração atual de pensionistas.
Por seu turno, os decisores políticos também querem evitar qualquer alteração porque estão entre os futuros pensionistas com reformas mais elevadas, e teriam bastante a perder se as pensões fossem ajustadas às contribuições que efetivamente fizeram.
Por isso, e apesar de necessária e urgente, a reforma do sistema é quase impossível.
No entanto, o atual "milagre" da multiplicação das pensões de reforma não se poderá manter. E infelizmente, chegará o momento em que a Comissão Europeia, ou o Banco Central Europeu, o FMI, ou os três em conjunto vão impor que o sistema seja corrigido.

AIP aumenta literacia financeira de mil PME

A Associação Industrial Portuguesa – Câmara de Comércio e Indúastria (AIP-CCI) prepara-se, no âmbito do Portugal 2030, para levar para o terreno um programa que promete envolver mil PME num conjunto de iniciativas que visam reforçar as suas competências na utilização e acesso a soluções de financiamento inovadoras. Após a realizado um "benchmarking", de comparação das PME portuguesas com as empresas do Reino Unido, Suíça, Noruega, Países Baixos, Itália, França, Alemanha, Singapura, EUA e Canadá, serão depois estruturadas 34 ações de sensibilização e de capacitação.

Vida Judiciária

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica nº 2041, de 23 de agosto 2024

Legal & Imobiliário

MARIA DOS ANJOS GUERRA
marianjosguerra-3012p@adv.oa.pt

PROGRAMA DE APOIO

ARRENDAMENTO PORTA 65 JOVEM

Nova candidatura na vigência do apoio

Candidatei-me ao apoio ao arrendamento jovem mas só no fim do ano passado consegui obtê-lo.

Entretanto constou-me que este ano o "arrendamento jovem" foi alterado e que o apoio é mais favorável, gostaria de saber um pouco mais sobre as alterações, e sobretudo se ainda poderão beneficiar-me porque pouco antes do fim do ano farei 36 anos e receio que depois dos 35 já não possa receber esta ajuda.

Por certo que o Leitor se refere ao programa designado como Porta 65 que foi criado em 2007, na sequência do IAJ, antigo Regime de Incentivo ao Arrendamento por Jovens, tendo em vista a promoção do arrendamento urbano e a emancipação dos jovens e que depois de, ao longo dos anos, ter sofrido várias alterações, acabou de voltar a ser alterado no âmbito das medidas legislativas "+ Habitação".

De acordo com as referidas alterações, a modalidade do "Programa Porta 65" agora designada como "Porta 65 Jovem" continuou a ter como objectivo o apoio financeiro ao arrendamento por jovens, de habitações para residência permanente, mediante a concessão de uma subvenção mensal, não reembolsável, por períodos de 12 meses, podendo ser renovado em candidaturas subsequentes até ao limite de 60 meses, correspondendo, a referida subvenção, a uma percentagem do valor da renda mensal.

Mais se informa que este tipo de apoio, pode ser requerido a titulo individual ou em coabitação com outros jovens, em regime de partilha da habitação para residência permanente dos mesmos ou, ainda, por casais de jovens não separados judicialmente de pessoas e bens ou em união de facto com residência no locado, podendo, neste caso, um dos elementos do casal ter idade até 37 anos, pelo que se for este o caso do Leitor, o facto de ir fazer 36 anos em nada alterará a concessão do referido apoio.

Se o Leitor completar os 36 anos durante o prazo em que beneficia do apoio, ainda poderá candidatara-se até ao limite de uma candidatura subsequente, desde que consecutiva.

De acordo com as novas regras aprovadas pelo Governo em Conselho de Ministros de 23 de maio e entretanto promulgadas pelo Presidente da República, o programa Porta 65, para jovens até aos 35 anos, foi alargado, pelo que agora os interessados poderão candidatar-se ao apoio sem que seja preciso anexar um contrato ou contrato-promessa de arrendamento pelo que poderão procurar habitação depois de receber a resposta ao pedido de apoio.

Outra alteração ora aprovada que é muito relevante é o facto de a renda máxima deixar de ser um factor de exclusão do apoio, pelo que os candidatos, depois de receberem resposta com indicação do montante apoiado, têm dois meses para procurar no mercado uma casa para arrendar.

No que respeita ao caso do Leitor, ainda que este não se tenha candidatado na qualidade de casado, situação em que como referido supra, um dos elementos do casal poderá ter até 37 anos, de acordo com a nova legislação, que entrará em vigor em setembro, aquando do início do próximo período de candidaturas, se o Leitor completar os 36 anos durante o prazo em que beneficia do apoio, ainda poderá candidatara-se até ao limite de uma candidatura subsequente, desde que consecutiva.

PREVENÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Como o silêncio das clarissas levou ao fecho do seu mosteiro

Silke Buss
Mediadora de Conflitos, Especialista em Comunicação

Em agosto, o Vaticano decidiu encerrar um mosteiro. A causa é surpreendente: um conflito irresolúvel. O caso das clarissas de Bautzen, na Alemanha, interessa aqui por duas razões: primeiro, porque mostra que conflitos são naturais e afetam todas as partes da sociedade e, segundo, porque confirma que os princípios da mediação são, de facto, indispensáveis. Quando as pessoas estão interligadas por relações sociais saudáveis, costumam conseguir resolver os seus conflitos. Curioso é que as freiras tenham falhado até na mediação. Seria de esperar que a sua fé e formação religiosa as tornariam personalidades compreensivas e altruístas, orientadas para o bem-estar das outras irmãs. Seria mesmo de esperar? Quando li uma notícia sobre o encerramento do mosteiro, lembrei-me logo da disciplina do silêncio das clarissas. Em jovem interessei-me por ordens católicas e estudei algumas. As clarissas fascinaram-me pela negativa. Como seria uma vida sem conversar, debater opiniões, partilhar ideias e emoções? Como criar relações saudáveis quando a comunicação é vedada? Já lá vamos. Primeiro o caso!

Durante um século viveram clarissas no mosteiro de Bautzen. As últimas oito tiveram de sair até ao dia 10 de agosto. A Santa Sé decidiu fechar o convento devido às profundas divergências irresolúveis das freiras. O que será que está em causa no conflito? Reclusas do mundo fora, as oito clarissas rezam e permanecem em silêncio. As únicas pessoas que falam sobre o conflito são as externas que tentaram ajudar. Em dezembro passado, Roma nomeou um padre para apoiar as irmãs a ultrapassar a crise que se arrastava há mais de dez anos. Johannes Müller explicou aos media que as freiras viviam em quartos bastante apertados e pobres, condições onde emoções se podiam facilmente inflamar. Como assim? Outros argumentos que o padre apresentou parecem igualmente estranhos: que as freiras não tinham dinheiro e que tinham de pedir cada euro à superiora, que interpretavam a estrita pobreza de forma diferente e que algumas queriam ter mais tempo livre e ir de férias. Não foi a vida que escolheram?

Na base das escassas informações, a minha leitura é essa: trata-se de um conflito clássico entre forças progressivas e conservadoras numa comunidade. Todas as mulheres tinham optado pela ordem das clarissas com as suas exigências arcaicas, mas algumas ficaram insatisfeitas. Essas irmãs poderiam ser ouvidas e acompanhadas pelas outras para aguentarem melhor a vida como clarissa, se não existisse essa disciplina de silêncio. A falta de comunicação em qualquer comunidade – família, grupo de trabalho, equipa desportiva, etc. – é um terreno propício para criar e cultivar conflitos. A razão: não há esclarecimento, mas especulações, teorias e suspeitas.

A comunicação franca e a confidencialidade são princípios fundamentais da mediação. É perfeitamente possível realizar uma mediação de grupo, mas tem de haver comunicação. Por isso, o mediador Rainer Klan teve uma missão completamente impossível no caso das clarissas de Bautzen.

Uma triste nota final: Clara de Assis (1193 – 1253), a fundadora da ordem, tinha como ideal viver em total pobreza. A disciplina do silêncio foi imposta pelo Papa Inocente IV para fechar as freiras atrás dos muros do mosteiro, como criticou a própria Clara, e evitar que fossem missionárias como os monges.

Silke Buss
938223762
sbuss@buss.pt
www.mediacao.buss.pt
BUSS Comunicação

Casos da Vida Judiciária

RUI MOREIRA DE RESENDE
Sócio

A reconversão para habitação de solo urbano destinado a outros usos após o simplex

O Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro (o simplex urbanístico) introduziu relevantes alterações no que concerne à reconversão de edifícios ou partes de edifícios afetos a outros usos para uso habitacional, prevendo uma permissão genérica para que esta reconversão suceda, desde que o imóvel reconvertido cumpra com os necessários requisitos técnicos de habitabilidade.

A reconversão para habitação de imóveis construídos e destinados a outros usos (como comércio, serviços e indústria) poderá facilitar a introdução de nova oferta no mercado de habitação, mas será insuficiente para as necessidades de habitação em Portugal.

A inflação de preços do mercado habitacional tem como causa principal uma distorção entre oferta e procura, pelo que a resposta às carências habitacionais passará, em primeira linha, pela construção de mais habitação nova. De acordo com a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), será necessário introduzir 45000 casas por ano no mercado para responder às carências habitacionais de Portugal.

A reconversão de imóveis destinados a outros usos para habitação constitui uma medida positiva, especialmente no presente momento em que existe necessidade premente de habitação e uma tendencial redução da procura por espaços para comércio e serviços atenta a alteração dos hábitos de consumo, nomeadamente, em virtude do incremento do comércio eletrónico, bem como da menor procura por espaços para escritórios derivada do recurso a teletrabalho e regimes híbridos entre teletrabalho e trabalho presencial.

No entanto, não basta reconverter edifícios ou partes de edifícios atualmente destinados a outros usos para habitação, há que construir mais habitação e, para tanto, há que permitir o uso de mais solo para habitação reconvertendo solo atualmente classificado como solo urbano para atividades económicas ou equipamento, especialmente se tomarmos em linha de conta que a necessidade de solo para tais fins reduziu e continuará a reduzir face ao momento em que a maioria dos planos em vigor foram elaborados.

Também aqui o simplex urbanístico previu agilização, ainda que em medidas com menor impacto mediático, mas de relevância acrescida para a resolução da dita "crise da habitação" do que a reconversão de edifícios ou partes de edifícios (frações autónomas ou divisões suscetíveis de utilização independente) para habitação.

O artigo 18.º do DL 10/2024, de 8 de janeiro prevê expressamente a compatibilidade da reconversão de imóveis para uso habitacional e a construção de novos edifícios para habitação nas áreas urbanas que estejam qualificadas no plano territorial aplicável como espaços para equipamentos, comércio e serviços através do regime simplificado previsto nos n.os 8 e seguintes do artigo 123.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Por seu turno, o referido DL 10/2024, de 8 de janeiro alterou ainda o artigo 123.º do RJIGT.

Na sua redação atual, o n.º 9 do artigo 123.º do RJIGT estatui uma presunção de compatibilidade com o uso habitacional de solos urbanos para equipamentos, comércio e serviços, sendo aplicáveis, com as devidas adaptações, as normas do plano relativas às parcelas confinantes e com as quais a parcela em causa tenha condições para constituir uma unidade harmoniosa, à semelhança do previsto na Lei dos Solos (n.º 7 do art.º 22.º da Lei n.º 31/2014, de 20 de maio).

Só assim não sucederá se, no prazo de 20 dias contados a partir da data da comunicação da pretensão de promoção de uso habitacional, a câmara municipal territorialmente competente se opuser à presunção prevista no número anterior, por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, designadamente: a) Ruído; b) Estacionamento; c) Sistemas de mobilidade existentes; d) Espaços verdes, equipamentos públicos e de lazer (n.º 10 do artigo 123.º do RJIGT; cf. n.º 8 do art.º 22.º da Lei dos Solos).

Quer isto dizer que os terrenos inseridos em solo urbano destinado a equipamentos, comércios e serviços poderão ser reconvertidos para habitação mediante regime simplificado, o que se impõe concretizar com celeridade porquanto a procura de solo para atividades económicas tende a reduzir e a procura de solo para habitação a manter-se muito elevada.

A presente medida, essencial para a reconversão de solos e aumento da oferta de habitação não pode ser restrita aos casos em que a propriedade do solo seja pública, antes se aplicando aos casos de propriedade pública e privada.

Estando constitucionalmente reconhecido que todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar e sendo incumbência do Estado a prossecução de tal direito, não pode ser este e as autarquias locais a impor barreiras à construção de habitação necessária pela reserva de solo urbano a usos desatualizados.

> **"... os terrenos inseridos em solo urbano destinado a equipamentos, comércios e serviços poderão ser reconvertidos para habitação mediante regime simplificado (...) porquanto a procura de solo para atividades económicas tende a reduzir e a procura de solo para habitação a manter-se muito elevada."**

ANDRÉ SARAGOÇA MAIA
Associado principal de Fiscal da PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados

O alojamento local e o reinvestimento de mais-valias em IRS – uma conjugação impossível?

O principal requisito para a aplicabilidade do regime do reinvestimento dos valores de realização das mais-valias imobiliárias em sede de IRS, reside na circunstância deque o imóvel alienadose qualificar como habitação própria e permanente (HPP) do sujeito passivo ou do seu agregado familiar.Porém, a qualificação de um imóvel como HPP pode revelar-se dúbia.

Tomemos o exemplo de um contribuinte proprietário de imóvel constituído por dois pisos, sendo que um dos pisos se encontra afeto por exemplo, à atividade de alojamento local. Poderá este imóvel ficar abrangido pelo regime do reinvestimento em sede de IRS? Para a Autoridade Tributária (AT), a resposta é negativa, na medida em que, tal afetação, ainda que apenas de parte do imóvel, a uma atividade comercial como o alojamento local, inviabiliza a aplicabilidade do regime do reinvestimento das mais-valias em sede de IRS. Segundo a AT, um imóvel nestas condições não se encontra exclusivamente afeto à função de HPP.

Todavia, o texto da lei não refere como requisito de aplicação do regime, a afetação exclusiva do imóvel a HPP, mas apenas "(…) tenha sido destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, comprovada através do respetivo domicílio fiscal, nos 24 meses anteriores à data da sua transmissão".Apesar de o texto não fazer alusão à afetação exclusiva do imóvel a HPP, a interpretação da AT tem suporte no elemento teleológico da norma, isto é, nas finalidades implícitas que o legislador visa atingir com a mesma, neste caso, a limitação dos comportamentos abusivos de aplicação de um regime de exclusão de tributação de mais-valias.

Voltando ao exemplo do imóvel parcialmente afeto a HPP, a verdade é que este não deixou de estar "(…) destinado a habitação própria e permanente (…)" do sujeito passivo e/ou do seu agregado familiar. Todavia, também não deixa de ser verdade que o imóvel não esteve totalmente destinadoà função de HPP.

Poderia, portanto, discutir-se se neste tipo de casos de afetação parcial, não deva o regime do reinvestimento ter também aplicação parcial, em abono dos princípios da justiça e da proporcionalidade da tributação. Porém, a admitir-se esta interpretação, estaríamos a abrir a porta a que situações abusivas pudessem beneficiar de um regime para o qual o legislador tem vindo a criar cada vez mais limitações na sua aplicabilidade.

Em suma, a análise deve ser necessariamente casuística, sendo certo que o regime do reinvestimento em sede de IRS, deve ser interpretado de forma restritiva, por forma a que se possa cumprir os verdadeiros objetivos do mesmo – a eliminação de entraves fiscais na compra e venda de habitação própria e permanente.

Abreu Advogados promove cultura com novas exposições

A Abreu Advogados, em parceria com o Carpe Diem Arte e Pesquisa e no âmbito do seu Projeto Cultural, abre as portas da sua sede para a organização da mais uma exposição de arte e cultura. Esta mostra conta com a apresentação de um conjunto de trabalhos da artista Sofia Arez e Margarida Bolsa. As exposições podem ser visitadas até ao dia 13 de setembro de 2024, na sede da Abreu Advogados, em Lisboa (com marcação prévia).

Sofia Arez traz o enigmático reino dos fungos através de 21 pinturas que se apresentam em Symbiosis. Já Margarida Bolsa apresenta a sua primeira exposição individual, composta por peças de costura e fotografia.

A Abreu Advogados desenvolve, desde 2019, um projeto de cariz cultural, com o objetivo de consolidar da cultura e a consciência cívica, promovendo a expressão artística contemporânea junto de um alargado público que diariamente visita os seus escritórios

A coordenação deste projeto procura obedecer a dois grandes desafios: expor obras de arte em locais que não foram desenhados para o efeito, procurando novas formas de integração do objeto artístico; e utilizar o tema "Natureza", como orientador das opções de curadoria, procurando aproximar elementos naturais da vivência corporativa de um grande escritório de advogados.

Até ao momento a Abreu já recebeu exposição de 14 artistas diferentes, que apresentaram obras desde pintura, escultura, desenho e fotografia. De entre os vários artistas contam-se nomes como Jorge Nesbitt, Catarina Leitão, Jorge Santos, Teresa Palma Rodrigues, Isabel Sabino, Domingos Loureiro e Sofia Leitão.